

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL JORNALISMO**

LAURA LIS BOESSIO

**ESTUPRO COLETIVO NO RIO DE JANEIRO:
A NARRATIVA DE UM CIBERACONTECIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso

Santa Maria, RS, Brasil
2017

LAURA LIS BOESSIO

**ESTUPRO COLETIVO NO RIO DE JANEIRO:
A NARRATIVA DE UM CIBERACONTECIMENTO**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Santa Maria como requisito para elaboração da monografia de conclusão do curso de Comunicação Social – Jornalismo.

Orientadora: Viviane Borelli

Santa Maria, RS, Brasil
2017

LAURA LIS BOESSIO

**ESTUPRO COLETIVO NO RIO DE JANEIRO:
A NARRATIVA DE UM CIBERACONTECIMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Viviane Borelli - UFSM
(Presidente/Orientadora)

Dra. Márcia Franz Amaral - UFSM
(1º Membro)

Me. Marlon Santa Maria Dias - UFSM
(2º Membro)

Santa Maria, 04 de julho de 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Leoni e Ivan, que não mediram esforços para que eu pudesse chegar até aqui e que sempre me deram a liberdade para escolher o meu próprio caminho.

Ao meu irmão William, com quem eu pude dividir as salas de aula durante esses quatro anos e que continuarei dividindo sonhos e alegrias.

A Angela, por ser uma segunda mãe e um exemplo para mim.

Ao meu namorado Jeferson, pelo carinho, pela companhia, paciência, dedicação e por sempre me incentivar e não me deixar desistir.

A minha colega e amiga Marina, que esteve ao meu lado desde o primeiro dia de aula. Levarei essa amizade para toda a vida.

As minhas amigas de longa data, Luana, Paola, Thayana, Manuela, Laís, Amanda, Nathália e Valéria por terem vivido comigo tantas experiências e desafios. Sempre estarei ao lado de vocês.

A minha orientadora Viviane Borelli, que confiou em mim e me deu todo apoio possível para a realização deste trabalho.

Aos colegas de Diretório Acadêmico da Comunicação, gestão 2015, por me ensinarem a ver a vida com olhos mais atentos e solidários.

Aos colegas de TV OVO por me ensinarem o verdadeiro significado de coletividade e por despertarem a paixão pelo audiovisual em mim.

A 42ª turma de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria, vocês contribuíram, cada um com a sua maneira, para meu crescimento pessoal e profissional.

RESUMO

O jornalismo exercido em meios tradicionais de comunicação tem sofrido mudanças devido às redes sociais digitais. Essas redes sociais facilitam a interação entre os seus participantes e possibilitam uma nova forma de conversação. Além de ser um espaço de sociabilidade, as redes sociais digitais também são lugares profícuos para o surgimento de acontecimentos. Essa característica é chamada de ciberacontecimento. Diante deste contexto, o papel do jornalista – selecionar fatos e transformá-los em notícia – passa a ser tensionado pelos participantes destas redes, visto que as mesmas também incorporam dinâmicas da ordem do jornalismo. Com base nisso, este trabalho propõe analisar a cobertura jornalística do caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro em maio de 2016. Trata-se de um caso que foi descoberto na rede social Twitter e que exemplifica o conceito de ciberacontecimento. A pesquisa também tem como objetivo analisar a pragmática da narrativa jornalística, metodologia de Luiz Gonzaga Motta (2010), e, através disso, busca responder como o G1 organizou sua cobertura sobre o caso do estupro coletivo no Rio desde o dia 25 de maio de 2016 até a conclusão do inquérito policial em 17 de junho de 2016.

Palavras-chave: acontecimento – ciberacontecimento – cobertura – estupro – narrativa

SUMMARY

Journalism practiced by traditional media has been suffering changes due to digital social networks. These social networks facilitate interaction between their participants and enable a new way of conversation. In addition to being a space of sociability, digital social networks are also useful places for the emergence of events. This characteristic is called cyber event. In this context, the role of the journalist - selecting facts and transforming them into news - is being stressed by the participants of these networks, since they also incorporate dynamics of the journalism order. Based on this, this research proposes to analyze the journalistic coverage of the case of the collective rape in Rio de Janeiro that occurred on May of 2016. This is a case that was discovered in the social network Twitter and that exemplifies the concept of cyber event. The research also aims to analyze the pragmatic journalistic narrative, methodology of Luiz Gonzaga Motta (2010), and, through this, seeks to answer how the site G1 organized its coverage on the case of collective rape in Rio since May 25, 2016 until the conclusion of the police inquiry on June 17, 2016.

Keywords: event - cyberevent - journalistic coverage - rape - narrative

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – JORNALISMO E ACONTECIMENTO	11
1.1 ACONTECIMENTO.....	11
1.2 VALORES-NOTÍCIA.....	16
1.3 CIBERACONTECIMENTO	21
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE PRAGMÁTICA DA NARRATIVA	25
2.1 DEFINIÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE	27
2.2 ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA	28
2.2.1 SÍNTESE DA CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

O jornalismo tem por finalidade informar aos cidadãos o que acontece em sua cidade, estado, país e no mundo. Além disso, a profissão do jornalista tem caráter, essencialmente, social. Todos os dias, jornalistas contam diferentes histórias e contextualizam acontecimentos que, nos dias atuais, com a tecnologia e a internet, desencadeiam cada vez mais uma série de debates e reflexões acerca do tema. É válido ressaltar que o contrário também é possível de acontecer. Ou seja, as redes sociais digitais também fazem parte do processo de contar histórias e “forçar” o jornalismo tradicional a torná-las notícias. Essa inversão do modo de se produzir notícias - que outrora era apenas da instituição jornalística aos receptores – pode ser compreendida por meio do conceito de ciberacontecimento (HENN, 2013a, 2013b).

Entretanto, antes de falar sobre ciberacontecimento é preciso revisar conceitos ligados às teorias do jornalismo, como a do acontecimento. Segundo Adriano Rodrigues (1993, p. 27), o acontecimento é tudo aquilo que irrompe, ou seja, que muda o estado das coisas. E, para Miquel Alsina (2009, p. 113), o acontecimento é o que dá início ao processo de produção da notícia. Em geral, quanto mais imprevisível e surpreendente for um acontecimento, mais probabilidade tem em se tornar notícia. A partir dessa lógica, pode-se inferir que o acontecimento jornalístico é definido através de um outro conceito: o de notabilidade, como lembram Alsina (2009) e Rodrigues (1993).

Com a chegada das redes sociais digitais, que permitem a interação entre diferentes indivíduos do mundo todo, Ronaldo Henn (2013, p.40) defende que esses espaços de sociabilidade são, também, lugares para a eclosão de acontecimentos.

No dia 25 de maio de 2016, tornou-se público o caso do estupro coletivo sofrido por uma adolescente de 16 anos em Santa Cruz, na zona oeste do Rio de Janeiro. O fato se transformou em notícia após a postagem de um vídeo no Twitter, que mostrava a menina nua e desacordada.

Também foi nas redes sociais digitais – principalmente no Twitter e no Facebook –, que o caso suscitou o debate sobre a chamada “cultura do estupro”. Na época, pessoas compartilharam o vídeo e acabaram expondo publicamente a adolescente. Alguns participantes dessas redes também se mostraram perplexos com o caso e com a frieza dos autores da postagem do vídeo.

Neste sentido, esta pesquisa tem como tema a cobertura jornalística do caso de estupro coletivo no Rio de Janeiro. A questão central da pesquisa é: como o G1

organizou sua cobertura sobre o caso do estupro coletivo no Rio? Houve mudanças no modo de apresentação dos personagens? Quem foram as fontes para as matérias? Como foram sendo inseridas informações novas ao longo da cobertura?

O objetivo deste trabalho, portanto, é analisar a narrativa utilizada na cobertura do portal G1 ao acontecimento que ficou conhecido como “caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro”. Para isso, analisa-se as matérias publicadas pelo portal G1 durante o período em que o acontecimento permaneceu na pauta das principais mídias – de 25 de maio de 2016 até a conclusão do inquérito por parte da Polícia Civil, em 17 de junho de 2016. Assim sendo, elegeu-se como metodologia a análise pragmática da narrativa jornalística proposta por Luiz Gonzaga Motta (2010).

Além disso, temos também como objetivos específicos, a necessidade de fazer uma revisão bibliográfica dos conceitos de acontecimento, ciberacontecimento e valores-notícia; recompor o acontecimento jornalístico, por meio da identificação de conflitos e de episódios; descrever como foram construídos os personagens ao longo da publicação das matérias; identificar estratégias de objetivação e de subjetivação.

O presente trabalho pretende utilizar os conceitos de acontecimento propostos por alguns teóricos, como Rodrigues (1993), Mouillaud (1997), Queré (2005) e Alsina (2009). O conceito de ciberacontecimento será discutido através das produções de Henn (2013a, 2013b). Além disso, Gomis (1991) e Alsina (2009) para abordar a construção da notícia e a construção social da realidade. Por último, recorre-se a Wolf (1987) e Traquina (2008) para abordar o conceito de noticiabilidade e valores-notícia.

A presente pesquisa se mostra relevante justamente pelo seu tema central: uma análise de cobertura de um ato violento contra uma adolescente carioca. Segundo o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2016 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram registrados 45.460 casos de estupro e 6.988 tentativas de estupro no Brasil, em 2015. Sendo que, em números absolutos, o estado do Rio de Janeiro ocupou a segunda colocação nos registros desse tipo de crime com 4.887 casos, permanecendo atrás apenas do estado de São Paulo, com 9.265 registros.

Também é interessante comentar a importância da pesquisa no âmbito jornalístico, visto que se pretende analisar as matérias do portal G1 e, a partir disso, descrever como foi feita a cobertura do caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro. Com o desenvolvimento da pesquisa, pretende-se também colaborar com os estudos

que problematizam o jornalismo e as coberturas jornalísticas de temas vulneráveis para a sociedade, como o estupro.

O portal G1 é um dos mais acessados do Brasil e, por estar vinculado às organizações Globo, possui ampla visibilidade. Elegeu-se o portal como objeto empírico a partir de observação na cobertura em outras mídias e a constatação de que o G1 deu maior cobertura ao acontecimento. Além disso, o portal, para além das informações sobre o acontecimento em si (o estupro), também referiu, por meio de sua cobertura, outros fatos relacionados ao caso, como manifestações contra o ocorrido.

A monografia está estruturada em dois capítulos. No primeiro, delimita-se falar sobre jornalismo e os conceitos de acontecimento. Por isso, o capítulo um está dividido em três subcapítulos nos quais se fala sobre acontecimento, valores-notícia e ciberacontecimento.

O segundo capítulo, portanto, faz uma revisão sobre a teoria da análise pragmática da narrativa de Motta (2010), que é utilizada como estratégia metodológica para analisar as 33 notícias que compõem o corpus da pesquisa. O capítulo dois é dividido em dois subcapítulos, nos quais o primeiro subcapítulo apresenta um relato da definição do corpus da pesquisa e o segundo subcapítulo apresenta a análise das notícias selecionadas.

CAPÍTULO 1 - JORNALISMO E ACONTECIMENTO

1.1 ACONTECIMENTO

O discurso jornalístico, segundo Alsina (2009, p. 19), é construído a partir de três fases: a produção, a circulação e o consumo. No presente trabalho, iremos abordar a primeira fase, concentrando-se na ideia de acontecimento como produção da notícia.

Todos os dias, nos jornais, sejam impressos, online, radiofônicos ou televisivos, recebemos notícias sobre os mais diversos assuntos. O ato de nos informarmos é tão automático que nem imaginamos de que maneira aquela notícia chega até os receptores. Buscando compreender a notícia como um todo, Alsina (2009, p. 113) afirma que “a produção da notícia é um processo complexo que se inicia com um acontecimento”.

Para o autor, os estudos sociológicos e semióticos permitiram que se compreendesse as diferentes abordagens sobre a comunicação. Alsina (2009, p. 20) aponta as premissas da chamada interação simbólica¹, proposta por Blumer (1992), como parte do questionamento sobre o conceito de construção social da realidade, conceito que também está implicado nos estudos sobre acontecimento.

Queré (2005, p. 60) comenta que é preciso evidenciar o acontecimento na organização da experiência, independentemente de ser individual ou coletiva, para compreendê-lo corretamente na ordem do sentido, ou seja, deve-se “inscrever a acção numa dinâmica em que a passibilidade do acontecimento e o seu poder hermenêutico desempenhem um papel mais importante do que a motivação dos sujeitos”.

Alsina (2009, p. 23) também problematiza uma confrontação entre a semiótica e a sociologia no estudo da comunicação de massa, o que incide sobre o modo através do qual o conceito de acontecimento é compreendido. O autor refere que a visão da ciência sobre o mundo era dual: “pensava-se que o mundo da cientificidade era o mundo do objeto e que o mundo da subjetividade era o mundo da filosofia” (ALSINA, 2009, p. 34).

¹ “Herbert Blumer foi aluno de G. H. Mead em Chicago, tornando-se, depois, professor na mesma instituição e discípulo de seu mestre. Cunhou o termo *interacionismo simbólico*, em artigo publicado em 1937, para nomear a perspectiva inicialmente formulada por Mead para a compreensão da vida em sociedade.” (FRANÇA e SIMÕES, 2014)

Em contrapartida, para ele, com o surgimento dos sujeitos, como objeto e como autor da pesquisa, começa-se a perceber a pluralidade das concepções da realidade. Alsina (2009, p.35) afirma que não se pode ter uma descrição totalmente correta e verdadeira da realidade, mas muitas bem diversificadas, segundo critérios estabelecidos pelos próprios sujeitos. Portanto, passa-se a afirmar que a realidade é uma construção, tendo em vista que a objetividade é sempre uma objetividade a partir de uma certa visão.

Gomis (1991, p. 35) também comenta sobre a teoria da construção social da realidade em seu livro “Teoria del periodismo – como se forma el presente”. O autor afirma que o jornalismo tem a função de interpretar a realidade social a fim de que o receptor possa entender, compreender e modificar essa realidade. Considerando isso, ele afirma, portanto, que o jornalismo é um fenômeno de interpretação.

A interpretação consiste aqui basicamente no mesmo que consiste quando se fala de interpretação das leis pelos legisladores e juristas, a interpretação das línguas pelos tradutores, a interpretação das obras artísticas pelos atores ou músicos, ou a interpretação dos demais sobre o que cada um faz na vida corriqueira (GOMIS, 1991, p. 36, tradução nossa).²

Diante da citação acima, é possível entender que a interpretação da realidade social se dá através da linguagem, é a partir do uso da linguagem que se pode assumir o controle da significação e do alcance dos fatos selecionados pelo próprio jornalista. Quando fala em selecionar os fatos, Gomis (1991, p. 36-37) fala também sobre a expressão “operador semântico”, termo utilizado inicialmente por Martínez Albertos (1978), como cita o autor. Para eles, o termo se aplica àqueles que possuem como função a elaboração e a apresentação de diferentes tipos de mensagens jornalísticas. Portanto, “como operador semântico, o jornalista está obrigado a manipular linguisticamente uma realidade bruta para conseguir elaborar uma mensagem adequada mediante uma correta codificação” (GOMIS, 1991, p. 37, tradução nossa).³

Por fim, Gomis (1991, p. 38) utiliza cinco pressupostos para justificar o jornalismo como forma de interpretação da realidade social. Dentre eles, para a

² La interpretación consiste aquí básicamente en lo mismo que consiste cuando se habla de interpretación de las leyes por los legisladores y juristas, la interpretación de las lenguas por los traductores, la interpretación de las obras artísticas por actores o músicos o la interpretación de los actos de los demás que hace cada uno en la vida corriente. (GOMIS, 1991, p. 36)

³ Como operador semântico, el periodista está obligado a manipular linguisticamente una realidad bruta para conseguir elaborar un mensaje adecuado mediante una acertada codificación. (GOMIS, 1991, p. 37).

pesquisa, vale ressaltar o pressuposto de que a realidade pode se fragmentar em unidades completas e independentes (fatos) que são capazes de se interpretar na forma de textos breves e autônomos (notícias).

Assim como Gomis (1991), Mouillaud (1997) também conceitua o acontecimento como uma construção discursiva sobre os fatos da realidade. O autor sustenta essa ideia quando afirma que “o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação” (1997, p.51). Entretanto, há de se considerar que o acontecimento é aquilo se caracteriza como antecedente cronológico e que é da ordem do real, enquanto a informação é o produto e esse faz parte da ordem do discurso. O autor faz alguns questionamentos acerca da relação entre acontecimento e informação, a partir da oposição entre o real e o discurso: “o que se deseja quando se fala de fidelidade aos fatos? A informação se deve parecer com os fatos?” (MOUILLAUD, 1997, p.53)

A resposta a esses questionamentos se dá na própria afirmação de Mouillaud (1997, p. 56), na qual ele diz que “os acontecimentos aos quais se refere a informação formam o mundo que se supõe real”. Ou seja, os conceitos de acontecimento e informação, apesar da distinção entre real e discurso, não são autônomos. O autor afirma que o acontecimento sempre possui a forma da informação.

Para dar continuidade ao tema, Mouillaud (1997, p. 59) relata dois tipos de comunicação no que se refere à informação. Seriam eles, o chamado regime da eloquência, no qual o discurso se alia à instituição e a fala se volta aos públicos desta instituição sem produzir fatos novos. Como exemplo, o autor cita as orações dirigidas aos fiéis reunidos nas igrejas. O outro tipo de comunicação é o regime de enunciação, em que a fala é desviada de seu destino primeiro e enviada para receptores nos quais não estavam destinados.

A partir do entendimento sobre o regime de enunciação, é possível falar da informação como uma experiência que pode ser traduzida uma na outra, ou seja, as experiências se neutralizam: “esta neutralização opera-se no momento em que o “dizer” é convertido em um “fazer” e no qual os enunciadores tornam-se fontes.” (MOUILLAUD, 1997, p. 60)

O modelo dominante da informação pode ser explicado ainda através das regras canônicas, que fazem parte do que se chama *lide* ou *lead*, que são utilizadas para dar forma à notícia (quem, por quê, o quê, onde, quando, como?). O autor fala sobre um modelo, linear, esse modo de escrita “interpreta toda e qualquer experiência

como uma série de transformações encadeadas umas às outras” (MOUILLAUD, 1997, p. 60). A linearidade também serve como suporte da transformação de um “estado” – do fato ao bruto que é enunciado. Ainda segundo Mouillaud (1997), os verbos “fazer”, “ser” e “estar” servem como base para todos os acontecimentos.

O autor propõe, ainda, a existência de três tipos de acontecimentos: o pré-construído, o polissêmico e o orientado. Diz-se que no acontecimento pré-construído, a mídia emoldura a cena do acontecimento, visto que este está atrelado ao espaço e tempo. Para entender o que seria essa “moldura”, Mouillaud (1997) utiliza-se dos acontecimentos esportivos para exemplificar a ideia do acontecimento pré-construído. O campo, em determinados esportes, limita a área do jogo que, por consequência, define as ações que nele ocorrem, entende-se, portanto, que o limite, ou “o balizamento” como Mouillaud (1997) diz, é o que programa os acontecimentos dentro de um espaço e tempo. Ou seja, a mídia só tem como objetivo, neste caso, precisar e emoldurar a informação no real.

Enquanto que no polissêmico, o acontecimento se torna um conjunto onde as limitações são pouco precisas, e, portanto, não se fala mais em uma moldura da realidade, mas numa cena do acontecimento propriamente dita. Para retratar essas diferenças, o autor pondera que o trabalho de produção do acontecimento deixa de ser apenas descritivo para ser, também, performativa. Já o acontecimento orientado é aquele em que se exige a representação do acontecimento, no qual o acontecimento, segundo o autor, é “inseparável de seu discurso de observação, de maneira que a distinção entre o observador e o observado perde um pouco de sua evidência” (MOUILLAUD, 1997, p. 66).

Salienta-se que o objeto desta pesquisa – o caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro – configura-se como um acontecimento polissêmico. Explica-se isso com base na própria análise da cobertura jornalística sobre o caso porque se trata de um acontecimento que ainda não possui todas as informações necessárias para entendê-lo, ou seja, como Mouillaud (1997) diz, as limitações deste acontecimento são pouco precisas. Sendo assim, o objetivo da mídia não é somente emoldurar o acontecimento, mas sim reconstruir a cena do acontecimento para que se possa retratar a sua realidade.

Outros autores também classificam os tipos de acontecimento. Para Berger e Tavares (2010), existem dois tipos primários de acontecimentos: o acontecimento cotidiano, baseado na História, Filosofia e nas Ciências Sociais, e o acontecimento

jornalístico, baseado nos estudos de jornalismo em que o acontecimento midiático é resultado da natureza da sociedade contemporânea.

Porém, segundo os autores, é impossível separar exatamente esses dois tipos de acontecimento. Isso se deve ao fato de que “é do acontecimento vivido que se abastece o acontecimento jornalístico” (BERGER e TAVARES, 2010, p. 122). Além disso, o acontecimento jornalístico também modifica a percepção do acontecimento vivido, percebe-se, portanto, uma relação de mão dupla entre os dois tipos de acontecimento. Berger e Tavares também se utilizam da teoria de Rebelo (2006) no qual ele diz que nem tudo aquilo que ocorre são acontecimentos:

Para que seja um acontecimento, toda ocorrência alia-se a seu potencial de atualidade e pregnância. A atualidade relaciona-se à “produção” do acontecimento no nosso espaço e no nosso tempo. Já a pregnância, à capacidade de uma certa ocorrência provocar uma ruptura no nosso quadro de vida (BERGER e TAVARES, 2010, p. 123).

Ou seja, o acontecimento tem o poder de romper com a normalidade e com a ordem das coisas, assim como Rodrigues (1993) e Alsina (2009) já haviam citado. Da mesma forma que expôs Queré (2005), Berger e Tavares (2010) também abordam o conceito de acontecimento a partir da experiência para dar-lhe significado.

Os autores apontam ainda as características do acontecimento, já retomadas acima por Rodrigues (1993) e Alsina (2009), e acrescentam as dimensões da temporalidade e da repercussão para falar em acontecimento jornalístico, especificamente. Pensando a construção jornalística a partir de sua temporalidade e de sua repercussão, Berger e Tavares (2010) elencam dois tipos de acontecimento jornalístico: os imprevistos e os previstos. Cabe ressaltar aqui, que o objeto desta pesquisa, caracteriza-se como um acontecimento jornalístico imprevisto.

Dentre os acontecimentos considerados imprevistos, que se baseiam no fator de imprevisibilidade na produção da notícia, existem três categorias: os *microacontecimentos*, os *macroacontecimentos* e os *mega-acontecimentos*.

Berger e Tavares (2010) utilizam José Manuel dos Santos (2005) para explicar essas três tipologias: os *microacontecimentos* são aqueles que possuem pequena repercussão noticiosa, os *macroacontecimentos* são aqueles que se pode dizer que já são midiáticos porque fogem de uma certa normalidade do sistema. Enquanto os *mega-acontecimentos* são aqueles que, além de fugir da normalidade, possuem uma “importância potencializada”, como exemplo, mais recentemente, tem-se no Brasil, os casos da tragédia ambiental de Mariana em Minas Gerais, em 05 de novembro de

2015, e o acidente com o avião que transportava o time da Chapecoense para a final da Copa Sul-Americana na Colômbia, em 29 de novembro de 2016.

Pode-se inferir, portanto, que o caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro é exemplo de macroacontecimento (Berger e Tavares, 2010). Isso porque o caso se apresentou como algo desestabilizador tanto para a vítima quanto para a sociedade em geral. A partir da classificação proposta pelos autores, infere-se também que se trata de um acontecimento imprevisível.

Vários fatores contribuíram para que o acontecimento fugisse da normalidade do sistema e se caracterizasse como um macroacontecimento: o próprio fato em questão, o número de envolvidos no caso e, também, pela forma com que o ocorrido foi naturalizado pelos responsáveis do estupro no momento da divulgação do vídeo nas redes sociais digitais. Todos esses fatores resultaram em uma grande repercussão na mídia e uma mobilização de mulheres que protestaram contra o ocorrido pelas ruas de todo o país.

Baseado na discussão sobre acontecimento, pode-se dizer que a realidade social é interpretada a partir de um conjunto de fatos e que estes fatos são selecionados a partir do que se considera mais significativo e transcendente para transformá-los em notícias. Nesse contexto, na parte que segue, discute-se os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade para compreender os parâmetros utilizados pelo jornalismo para transformar os fatos em notícia.

1.2 VALORES-NOTÍCIA

Além das teorias sobre o conceito de acontecimento e de acontecimento jornalístico, existem outros fatores para se abordar a construção das notícias. Fala-se, portanto, em critérios de noticiabilidade. Os critérios de noticiabilidade – ou *newsmaking* – são definidos através dos valores-notícia propostos por Mauro Wolf (1987) e revisados, posteriormente, por Nelson Traquina (2004).

O conceito de noticiabilidade pode ser entendido como um conjunto de exigências da prática jornalística para selecionar e controlar a quantidade de acontecimentos e construí-los discursivamente em notícia. Wolf (1987, p. 168) simplifica dizendo que “a noticiabilidade está estreitamente relacionada com os processos de rotinização e de standardização das práticas produtivas”.

Além disso, o autor afirma que o conceito de noticiabilidade também está relacionado ao conceito de *perspectiva-da-notícia*, proposto por Altheide (1976), e que refere o que potencialmente pode se tornar notícia. Esse conceito caracteriza-se como a resposta para o questionamento dominante na atividade do jornalista: “quais são os factos quotidianos que são importantes?” (WOLF, 1987, p. 169).

É interessante destacar que há uma outra visão sobre o conceito de noticiabilidade. Segundo Wolf (1987), ela é vista, também, como uma distorção involuntária presente na cobertura da mídia de massa. O autor explica esse ponto afirmando que alguns profissionais são céticos em relação a este conceito, visto que a “notícia é tão impossível de prever como acontecimento e, por isso, não pode ser encerrada em esquemas analíticos” (WOLF, 1987, p. 170) como o esquema da noticiabilidade. A partir desta visão, supõe-se que o papel do jornalista é de manipulação e incompetência.

Entretanto, definido o conceito de noticiabilidade, Wolf (1987, p. 153) descreve os valores-notícia como um componente desse conceito. O autor evidencia que os valores-notícia são complementares entre si e, ainda, fazem parte do processo de produção e não somente no processo de seleção das notícias.

Os valores-notícia, segundo o autor, são utilizados como instrumentos para a rotina, para organizar a prática jornalística diária e como orientador dos valores profissionais do jornalista. Porém,

O rigor dos valores/notícia não é, pois, o de uma classificação abstracta, teoreticamente coerente e organizada; é, antes, a lógica de uma tipificação que tem por objetivo atingir fins práticos de uma forma programada e que se destina, acima de tudo, a tornar possível a repetitividade de certos procedimentos (WOLF, 1987, p. 175).

Outro aspecto geral que o autor faz questão de frisar em relação aos valores-notícia é o de que esse conceito possui um carácter dinâmico, ou seja, muda de acordo com o tempo e não permanece sempre o mesmo. “Em geral, pode dizer-se que cada novo sector, tema, argumento ou assunto que represente uma ampliação da esfera informática, se torna regularmente «noticiado», na medida em que se verifica um reajustamento e uma redefinição dos valores/notícia” (WOLF, 1987, p. 176).

Após teorizar os conceitos de noticiabilidade – *newsmaking* – e valores-notícia, o autor indica que esses conceitos estão atrelados a quatro fatores. Primeiro, às características substantivas das notícias e ao seu conteúdo, ou seja, diz respeito ao acontecimento que se transforma em notícia, e que é o fator que impulsiona o objeto

desta pesquisa. Segundo, à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo, que diz respeito ao processo de produção e construção da notícia; terceiro, ao público, que considera a imagem que os jornalistas possuem acerca dos receptores e, por último, à concorrência, que corresponde às relações entre os *mass media* existentes no mercado.

Traquina (2008) utiliza a base conceitual desenvolvida por Wolf (1987) como suporte para classificar os valores-notícia. Em relação às características substantivas das notícias, Traquina (2008) afirma que se pode dividir os valores notícia de seleção em dois: os critérios de seleção substantivos e contextuais.

No subgrupo dos critérios de seleção substantivos estão os fatores: *morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia, infração e escândalo*. Nos critérios de seleção contextuais, fala-se sobre: *disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso*.

Enquanto Wolf (1987) propõe analisar os valores-notícia de seleção, de maneira mais ampla, divididos em apenas cinco fatores que ele classifica como: *grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento* – importância; *impacte sobre a nação e sobre o interesse nacional* – significatividade; *proximidade*; *quantidade de pessoas que o acontecimento envolve e relevância do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação*.

Tendo em vista o objeto de pesquisa deste trabalho, detalha-se alguns dos critérios de seleção substantivos, propostos por Traquina, que estão implicados no caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro. O fato tornou-se notícia, especialmente, com base nos valores-notícia: *inesperado, conflito ou controvérsia e infração*.

O valor notícia inesperado é aquele que, segundo Traquina (2008) irrompe e surpreende a comunidade jornalística. Além disso, nessa questão, fica evidente como vários valores-notícia são levados em consideração na avaliação se um fato merece ser transformado em notícia. No caso do inesperado, o acontecimento é altamente noticiado, principalmente, se ele estiver associado a um fato negativo. Esse é o caso do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, em que o acontecimento, além de inesperado, também é considerado como violento e criminoso, características que explicam os valores-notícia conflito ou controvérsia e infração.

O valor notícia conflito ou controvérsia, segundo Traquina, é aquilo que se baseia na violência física ou simbólica. Esse fator, explica Traquina, é mais um valor-notícia que demonstra como o conceito de noticiabilidade se baseia na ruptura e

quebra do normal. “A violência também pode representar a ruptura. Representa assim uma ruptura fundamental na ordem social. O uso de violência marca a distinção entre os que são fundamentalmente da sociedade e os que estão fora dela” (TRAQUINA, 2008, p. 85).

Ligado ao valor notícia da violência (conflito ou controvérsia), existe outro critério de noticiabilidade que é a infração. Nesse valor-notícia podemos entender a importância do crime como notícia. O autor ainda explica que as notícias envolvendo crimes normalmente são rotineiras e breves, e é por esse motivo, que associado ao valor-notícia da violência, a infração possui maior noticiabilidade. “O que confere especial atenção às ‘estórias’ de crimes é a mesma estrutura de “valores-notícia” que se aplica a outras áreas noticiosas: um crime mais violento, com um maior número de vítimas, equivale a maior noticiabilidade para esse crime” (TRAQUINA, 2008, p. 85).

No objeto desta pesquisa podemos considerar também os valores-notícia de construção. Para o autor, os critérios de construção são subsequentes aos critérios de seleção, pois têm como objetivo selecionar os elementos dentro do acontecimento que foi determinado primeiro pelos critérios de seleção substantivos e contextuais. Podemos dividir os critérios de construção em: *simplificação*, *amplificação*, *relevância*, *personalização* e *dramatização*.

Para a pesquisa, é válido ressaltar, portanto, os valores-notícia de amplificação e relevância. Na amplificação, conforme a própria palavra diz, quanto mais amplificado é o acontecimento maiores as chances de a notícia ser notável. Exemplificando, o caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro teve ampla visibilidade e notabilidade no país, em diversos meios de comunicação, e também ampla visibilidade no exterior.⁴

Já o valor-notícia relevância refere-se ao sentido que a notícia dá ao acontecimento. Nesse caso, Traquina (2008, p. 92) afirma que “compete ao jornalista tornar o acontecimento relevante para as pessoas, demonstrar que tem significado para elas”.

Segundo o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Data Folha, mostrou que 30% dos homens e mulheres entrevistados concordaram com a frase: “a mulher que usa roupas provocantes não pode reclamar se for estuprada”. Ainda, o anuário

⁴ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/cultura-do-estupro-no-brasil-e-destaque-na-imprensa-internacional.html>.

divulgou que, em 2015, o Disque 180 registrou um aumento de 129% no número de relatos de violência sexual.

De acordo com esses dados, pode-se entender que o acontecimento do estupro coletivo no Rio de Janeiro possui ligação com o valor-notícia relevância por ter suscitado a necessidade de se falar sobre a cultura do estupro no país.

Para sustentar a ideia de que os jornalistas é que devem tornar o acontecimento relevante para as pessoas, Traquina (2008) recorda a teoria de Bourdieu (1997) que considera que os jornalistas possuem seus óculos particulares. Os óculos seriam os valores-notícia, através deles os jornalistas escolhem aquilo que se deve enxergar e aquilo que não se deve enxergar. Por isso, o autor enfatiza que apesar de os valores-notícia serem parte da cultura jornalística, é necessário compreender que, muitas vezes, a política editorial de uma empresa ou instituição pode influenciar na decisão e na escolha dos acontecimentos.

Wolf (1987, p. 175), já havia afirmado que os valores-notícia possuem caráter dinâmico, “mudam no tempo e, embora revelem uma forte homogeneidade no interior da cultura profissional – para lá de divisões ideológicas, de geração, de meio de expressão, etc –, não permanecem sempre os mesmos”.

Nesse sentido, Traquina (2008) também comenta sobre o caráter dinâmico dos valores-notícias, o autor afirma que os valores-notícia não são imutáveis, podem mudar de acordo com a cultura de diferentes localidades, bem como uma época histórica para outra.

As definições do que é notícia estão inseridas historicamente e a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regra do comportamento humano e institucional (TRAQUINA, 2008, p. 95).

Com isso, entende-se que o modo de construção de um acontecimento não depende somente dos valores-notícia, mas também de fatores externos, como fatores econômicos, políticos e sociais de um local. E, além desses fatores citados, a construção de acontecimentos na mídia tradicional – ou mídia de massa – também tem sido potencializada pelas redes sociais digitais. A partir dessa perspectiva, no próximo subcapítulo, discute-se os conceitos de ciberacontecimento para compreender de que maneira a internet e as redes sociais digitais influenciam a construção das notícias nos meios tradicionais.

1.3 O CIBERACONTECIMENTO

Ronaldo Henn (2013a) inicia o texto “O Ciberacontecimento”, capítulo do livro *Jornalismo e Acontecimento: tramas conceituas*, citando dois fatos que ocorreram no ano de 2009 e que foram imprescindíveis para a pesquisa sobre o conceito de ciberacontecimento.

O primeiro acontecimento se tratava das eleições presidenciais no Irã, no qual o país presenciou a vitória do partido situacionista. O fato – a vitória do partido situacionista – fez com que a oposição suspeitasse da credibilidade do processo eleitoral. A partir disso, os eleitores do partido opositor convocaram manifestações pela internet e foi justamente através das redes sociais digitais que as imagens das manifestações a favor do candidato derrotado começaram a aparecer no mundo todo. Henn (2013a, p. 31) constatou, portanto, que “as imagens divulgadas pela imprensa ocidental foram obtidas através dos compartilhamentos facilitados por aplicativos do Twitter e Facebook nos dispositivos móveis, diretamente dos locais de protesto”.

Já o segundo acontecimento se deu em torno da indústria do entretenimento. Em abril de 2009, uma cantora escocesa, fora dos padrões de beleza impostos pela sociedade atual, subiu ao palco de um programa de calouros britânico e surpreendeu a todos. Quando ela começou a cantar *I dreamed a dream*, canção do musical *Les Misérables*, seus traços físicos foram superados por uma voz impressionante. O vídeo com a apresentação da cantora foi postado no Youtube e o número de visualizações, na época, crescia rapidamente. Segundo o autor, em uma semana o vídeo contabilizou 100 milhões de acessos pelo mundo todo. Após a apresentação, a cantora escocesa foi pauta de inúmeras coberturas jornalísticas.

Nos dois casos apresentados por Henn (2013a, p. 31), podemos perceber algo em comum: o poder da internet e das redes sociais em transformar acontecimentos em acontecimentos jornalísticos.

Além dos exemplos que dão início à pesquisa de Henn, o autor aborda o caso de Amanda Todd para explicar a proposta hermenêutica de Louis Queré (2005) e dar sequência ao conceito de ciberacontecimento. Henn (2013a, 2013b) discute o caso em duas reflexões que tratam do modo como o caso de suicídio foi construído, disseminado e repercutido nas redes sociais.

Em setembro de 2012, como lembra o autor, a canadense Amanda Todd publicou um vídeo no Youtube em que conta por meio de cartazes as ameaças e

constrangimentos que sofreu, durante três anos, por conta de uma foto dos seus seios que foi capturada via webcam. Menos de um mês após a publicação do vídeo, Amanda foi encontrada enforcada no seu quarto.

Para Henn (2013a, p. 33), o caso do suicídio de Amanda suscita o debate sobre acontecimento, principalmente o conceito de acontecimento proposto por Queré (2005), em que o autor diz que o acontecimento, além de ser entendido como singularidade e ruptura, só é possível na dimensão da experiência. No momento em que Amanda divulga o seu sofrimento por meio do vídeo, ela transforma aquilo que era da esfera do privado para o público. Neste sentido, o caso pode passar a ser compartilhado.

Porém, o que já havia possibilidade de ser noticiado – o vídeo postado no Youtube revelando o *ciberbullyng* vivido pela menina – só se transforma em um acontecimento jornalístico quando atinge a máxima dos critérios de noticiabilidade, que é a morte, segundo Traquina (2008).

Com base nos três casos abordados, Henn (2013a, p. 33) propõe o conceito de *ciberacontecimento* através de uma revisão de teorias que abordam o acontecimento e o acontecimento jornalístico. O autor cita Deleuze, Foucault e Morin para construir os seus argumentos.

Segundo Henn (2013a, p. 34), Deleuze considera o acontecimento como uma singularidade. Já Foucault propõe o acontecimento como a irrupção da singularidade e que deve ser entendido no lugar e no momento em que ocorre. Ou ainda, num plano mais forte, definido por Morin, o acontecimento é visto como uma ruptura e catástrofe.

Além das teorias propostas pelos autores acima, Henn (2013a) explica o conceito de singularidade através do próprio conceito de informação na concepção de Shannon e Weaver. “Se a informação é a medida da incerteza e se quanto mais surpreendente for uma situação, mais informação ela porta, o acontecimento seria o desencadeamento de algo possuidor de alta taxa informacional” (HENN, 2013a, p. 35).

A partir das várias concepções que confluem entre si sobre o conceito de singularidade e que compõem o conceito de acontecimento, o autor afirma que “passou a entender o acontecimento como uma força propulsora da semiose” (HENN, 2013a, p. 35). Ou seja, quando se aprende o acontecimento na condição de signo, a ruptura, a quebra do normal, o irromper da existência daquele determinado acontecimento se desdobra em infinitas possibilidades do objeto. Além disso, para

caracterizar o acontecimento como dimensão semiótica, entende-se a ideia de realidade envolvendo o sujeito e a linguagem.

Trata-se de uma semiose, cujo fluxo pautava-se, até então, por certa linearidade na transformação do objeto semiótico (acontecimento) em signo (narrativa jornalística), com produção de interpretantes (repercussão, afetação, agendamento). Essa lógica vem sendo reiteradamente abalada pelos processos de comunicação online. (HENN, 2013a, p 36)

O autor se utiliza de Geane Alzamora para confirmar essa transformação no fluxo da semiose no jornalismo contemporâneo. Segundo Henn (2013a, p. 36), “a autora entende que os processos tradicionais do jornalismo estariam dentro da lógica da determinação do signo pelo objeto e, os contemporâneos, na lógica da representação”.

Portanto, os acontecimentos que se estabelecem nesse fluxo semiótico, definido por Alzamora e observado posteriormente por Henn (2013a), caracterizam-se como ciberacontecimentos, como proposto pelo autor.

Além disso, Henn (2013a), utiliza-se das ideias de Recuero para entender o processo de construção do acontecimento nas redes sociais digitais. No contexto da cibercultura, as redes sociais digitais possibilitam espaços de conexões sociais que possuem o “tônus da conversação”, segundo Recuero. Para Henn, essa capacidade de interação de indivíduos nas ferramentas, como o Facebook e o Twitter, contribui para a materialização da semiose e facilita a construção de um acontecimento jornalístico.

No momento em que as apropriações de ferramentas, como os sites de redes sociais, produzem essa gigantesca conversação pública, o que cabia no ambiente restrito da comunidade interpretativa dos jornalistas [...] passa a ser tensionado por esses novos arranjos comunitários, que também incorporam dinâmicas que são da ordem do jornalismo. (HENN, 2013a, p. 40)

Desse modo, Henn (2013a, p. 40) defende que as redes sociais não são somente espaços de interatividade, mas também se configuram como um espaço propício para o surgimento de acontecimentos.

Como exemplo disso, tem-se o objeto que constitui essa pesquisa. Através da possibilidade de conversação e interação entre os indivíduos, os participantes do Twitter passaram a replicar o tweet de um dos envolvidos no caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro, que continha o vídeo com imagens da vítima – que aparecia nua e

desacordada. Essa mobilização nas redes sociais propiciou que o caso se tornasse notícia nos meios de comunicação tradicionais.

Porém, além da conceituação de cibercontecimento, o autor entende que a possibilidade da construção de acontecimentos através das redes sociais converge de modo conflitivo com o jornalismo tradicional. Com isso, Henn (2013a) utiliza o caso das manifestações de junho de 2013, no Brasil, em que o acontecimento era construído tanto nas redes sociais digitais quanto pela mídia tradicional. Essa dualidade consiste em uma confluência na transformação do acontecimento.

Nesse caso, a primeira convergência se dá na própria natureza do acontecimento que, por causa do seu caráter insólito, acaba por dificultar a compreensão dos fatos e, conseqüentemente, dos enquadramentos utilizados na cobertura midiática. A segunda se dá pela possibilidade de, através das redes sociais, ter acesso a diferentes discursos que acabam por confrontar as formas tradicionais da narrativa jornalística. Desse modo, Henn (2013a) afirma que o cibercontecimento enfrenta um contexto de crise no jornalismo contemporâneo.

Além de teorizar sobre os conceitos de cibercontecimento, é interessante destacar que, em termos de análise do objeto, durante a cobertura jornalística do caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro, o portal G1 evidenciava o fato de que o caso se tratava de um cibercontecimento. Ou seja, que teve seu processo de construção do acontecimento impulsionado pelas redes sociais digitais. É possível perceber isso logo no início das notícias, como mostra a notícia publicada no dia 26 de maio de 2016 e que afirma: “O caso ganhou repercussão após fotos e vídeos da vítima violentada serem publicados na internet pelos agressores, que ironizaram o crime”.

CAPÍTULO 2 – ANÁLISE PRAGMÁTICA DA NARRATIVA

Como opção metodológica, elegeu-se a Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, uma metodologia que propõe analisar as formas narrativas utilizadas pelo jornalista para a construção e significação de uma notícia. Segundo o autor desta metodologia, Luiz Gonzaga Motta (2010):

A forma narrativa de contar está impregnada pela narratividade, qualidade de descrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação. É a enunciação dos estados de transformação que organiza o discurso narrativo, produz significações e dá sentido às coisas e aos nossos atos (MOTTA, 2010, p.143)

Motta (2010) explica que a narratologia (teoria da narrativa) consiste em um método de análise das práticas culturais. Ou seja, a narratologia busca compreender como “os sujeitos sociais constroem os seus significados através da compreensão e expressão narrativa da realidade, inclusive através da mídia.”.

Isto é, o autor vê o jornalismo como uma narrativa. Na perspectiva de Motta (2010), não é só o texto jornalístico pronto que se caracteriza como uma narrativa, ele entende que o processo de construção da notícia também faz parte dessa narração. A principal característica das narrativas consiste em agrupar os fatos e personagens dentro de um contexto lógico para que, assim, atribua algum sentido àquela situação.

Em determinados tipos de narrativa, como as narrativas históricas ou até mesmo algumas narrativas ficcionais, percebe-se que a construção dessa narrativa se dá de modo temporal, ou seja, os fatos são contados de maneira cronológica. Enquanto que na narrativa jornalística, a construção do texto se organiza de acordo com o aquilo que é mais importante para a notícia. Então, pode-se entender a pirâmide invertida como um modelo narrativo típico dos textos jornalísticos. Pode-se afirmar, portanto, que todo o texto jornalístico é uma narrativa, mesmo que esse não possua um formato narrativo.

Para realizar a análise o autor também propõe alguns movimentos que buscam facilitar o entendimento do objeto a ser estudado. São eles: 1º movimento: recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico; 2º movimento: identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios; 3º movimento: construção de personagens jornalísticas; 4º movimento: estratégias comunicativas, dividido em: estratégias de objetivação e de subjetivação; 5º movimento: relação comunicativa e o “contrato cognitivo”; 6º movimento: metanarrativas – significados de fundo moral ou fábula da história.

Vale ressaltar que Motta (2010) garante que esta ordem não precisa, necessariamente, ser seguida pelo analista. Portanto, para a análise do objeto de estudo desta pesquisa, escolheu-se os quatro primeiros movimentos propostos pelo autor, por avaliar que o quinto e o sexto movimento não foram identificados no corpus.

O primeiro diz respeito à compreensão da intriga como síntese do heterogêneo, ou seja, é preciso recompor o enredo completo da história para que esta se torne mais completa do que as notícias isoladas. O analista, neste momento, apropria-se analiticamente do objeto. Motta (2010) afirma que a remontagem da história permite a observação de significações da narrativa, privilegiando elementos de composição, que, por fim, modificam o objeto analisado. Esse primeiro passo é de extrema importância para que se possa entender as notícias como uma narrativa única.

O segundo aborda a questão dos conflitos como elemento estruturador das narrativas, em especial na narrativa jornalística que trabalha com rupturas e descontinuidades como vimos no capítulo sobre acontecimento. Nesse movimento é preciso identificar os conflitos com o intuito de entender os conflitos principais e secundários da história. Analisando a cobertura do caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro, os conflitos principais da história são definidos através das notícias que possuem informações inéditas e também ações dos personagens que são capazes de modificar a narrativa, como por exemplo, a notícia da troca das delegacias responsáveis pela investigação ou da prisão dos suspeitos envolvidos. Já os conflitos secundários são definidos a partir das notícias que servem como um complemento para a narrativa, como exemplo a notícia da demissão da advogada da vítima ou da carta escrita por um dos suspeitos.

Além disso a identificação dos conflitos permite que se compreenda, também, a funcionalidade dos episódios. Os episódios, segundo o autor, são partes da narrativa que relatam ações que correspondem às transformações no decorrer da história. Por funcionalidade dos episódios entende-se que se refere às ações dos personagens que desempenham um papel na história como um todo. A partir da identificação da funcionalidade dos episódios, passa-se a analisar, concomitantemente, a construção dos personagens, que é composto pelo terceiro movimento proposto por Motta (2010). Ainda no terceiro movimento, é importante destacar que não se deve fazer uma análise psicológica e social do personagem, mas analisar como ele configura o discurso jornalístico.

O quarto e último movimento utilizado nessa pesquisa refere-se às estratégias comunicativas, que tem como objetivo observar a narrativa jornalística como jogos de linguagem e observar também as estratégias de significações da história, observando os efeitos de real e os efeitos poéticos ou efeitos de sentido (comoção, dor, compaixão, ironia, etc) do jornalismo. O autor considera os efeitos de real como uma estratégia comunicativa de objetivação, enquanto que os efeitos poéticos e de sentido são as estratégias comunicativas de subjetivação.

2.1 DEFINIÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

Inicialmente, foram coletadas, entre julho e agosto de 2016, 62 notícias que faziam algum tipo de referência ao caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro. A coleta foi feita no próprio site do portal G1, utilizando-se das palavras “estupro”, “coletivo” e “Rio”, na barra de pesquisa do site, para filtrar as notícias. As buscas também ocorreram através dos hiperlinks utilizados pelo portal em algumas notícias. Após a coleta, todas as 62 notícias foram colocadas em ordem cronológica e foram divididas em três temas: investigação, manifestação e repercussão. Essa divisão foi feita com base no próprio curso temporal do acontecimento, a partir da verificação do conteúdo das notícias. As notícias classificadas como “investigação” trazem informações específicas sobre a atuação da Polícia Civil, das delegacias, dos advogados da vítima e dos suspeitos, bem como outras informações que estivessem diretamente ligadas à investigação policial. Já as notícias classificadas como “manifestação” dizem respeito à cobertura das manifestações ocorridas em todo o país devido ao acontecimento do caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro, e as notícias classificadas como “repercussão” referem-se àquelas notícias que, normalmente, entende-se como “gancho”. Nesse tema, foram selecionadas, portanto, notícias contendo dados, leis, contextualizações sobre o assunto e depoimentos de autoridades sobre o caso.

Das 62 notícias, portanto, delimitou-se analisar as notícias referentes somente à investigação – que são 33 -, desconsiderando as notícias que abordavam as manifestações de mulheres, coletivos e movimentos sociais contra a cultura do estupro e também as notícias de repercussão, que abordavam dados, leis e contextualizações sobre o estupro no país e no mundo, bem como os depoimentos de autoridades.

2.2 ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA

Para efetuar a análise, Motta (2010) sugere que o primeiro passo é reconstruir a intriga a ser analisada. Para isso, apresenta-se um resumo das 33 matérias selecionadas como *corpus*, preservando marcas textuais, como termos e aspas, utilizadas nas notícias originalmente publicadas pelo portal G1. Destaca-se ainda que, durante a cobertura, o portal G1 não publicou nenhuma reportagem sobre o caso, somente notícias.

As 33 notícias selecionadas para a análise marcam o início, como mostra a figura 1, da transformação do caso em acontecimento jornalístico em 25 de maio de 2016 até o fim do inquérito da Polícia Civil do Rio de Janeiro em 17 de junho de 2016. Salienta-se que não serão analisadas todas as notícias na íntegra, visto que muitas delas acabam repetindo informações já publicadas.

A análise será feita de forma cronológica. Após a transcrição dos trechos considerados chave, será feita a análise de quatro dos seis movimentos elencados por Motta (2010): a recomposição da intriga, a identificação dos conflitos, a construção dos personagens e as estratégias comunicativas. Optou-se por realizar a análise de forma concomitante para que os textos publicados ficassem agrupados, bem como na necessidade de descrever os elementos que integram a narrativa.



Figura 1. Primeira notícia do Portal G1 sobre o caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro.

Dia 25/05/2016, 19h08:⁵ “A Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI) do Rio investiga um estupro coletivo de uma jovem, por cerca de 30 homens, e a divulgação de imagens do crime em redes sociais. A polícia informou que dois homens que postaram imagens que seriam da vítima logo após o estupro, com a menina nua e desacordada em uma cama, já foram identificados – os nomes não foram revelados”.

Nessa primeira notícia, o portal dá ênfase ao fato em si – a ocorrência do estupro coletivo, bem como à divulgação de imagens em uma rede social. Neste momento, as informações ainda eram muito recentes e não era possível saber a identidade de nenhum dos envolvidos no caso – nem os suspeitos de divulgar as imagens, nem a menina que aparece no vídeo. Sendo assim, na primeira notícia não é possível, ainda, identificar a construção dos personagens, como é proposto por Motta (2010) no terceiro movimento. O que se pode evidenciar é o conflito como estruturador da narrativa. Nesse caso, a notícia da divulgação das imagens de um “possível” caso de estupro coletivo é configurada como conflito principal, de acordo com o segundo movimento proposto pelo autor.

O fato começou a ser investigado a partir do vídeo divulgado no Twitter, como mostra acima a figura 1. Por esse caráter inicial e porque o único material até então era o vídeo, o caso ficou sob responsabilidade da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, considerando na investigação apenas o crime digital. O compartilhamento de imagens ou vídeos íntimos sem autorização, ou que envolvam menores de 18 anos em situação de sexo explícito ou pornografia, pode ser classificado como difamação (imputar fato ofensivo à reputação) ou injúria (ofender a dignidade ou decoro), segundo os artigos 139 e 140 do Código Penal. Nos casos envolvendo menores de idade, que foi o caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro, o artigo 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê pena de três a seis anos de reclusão e multa para quem compartilhar esse tipo de conteúdo.

Dia 26/05/2016, 10h25:⁶ “A jovem de 16 anos que teria sido vítima de um estupro coletivo em uma comunidade da Zona Oeste do Rio foi levada a um hospital na manhã desta quinta-feira (26) para fazer exames e ser medicada. (...) De acordo

⁵ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/policia-do-rio-apura-suposto-estupro-coletivo-e-identifica-autores-de-posts.html>

⁶ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/jovem-que-teria-sido-vitima-de-estupro-coletivo-faz-exames-no-rio.html>

com a avó da menina, ela costuma ir para comunidades desde os 13 anos e, às vezes, passa alguns dias sem dar notícias. Ainda segundo a avó, a garota é usuária de drogas há cerca de quatro anos. No entanto, segundo ela, nunca recebeu notícias de que a neta tenha sido vítima de outros abusos. A jovem é mãe de um menino de 3 anos”.

Apesar de o título ser “Jovem faz exames após suspeita de sofrer estupro coletivo no Rio”, a notícia apresenta apenas um parágrafo para falar sobre os exames. Após esse parágrafo, temos a primeira fala de um parente da vítima, no caso a avó da jovem, que começa a configurar a construção da personagem principal – a vítima de 16 anos. A notícia gira em torno de um conflito secundário porque o seu conteúdo não é capaz de interferir e romper com o equilíbrio da narrativa na história principal, que é a investigação do caso do estupro coletivo. Entende-se que, a fala da avó da jovem, ao afirmar que a vítima é usuária de drogas e mãe, configura para uma interpretação negativa da imagem da vítima por parte do receptor. Além disso, a fala da avó da jovem também pode ser interpretada como uma estratégia comunicativa com o objetivo de provocar, como garante Motta (2010, p. 157), o “efeito de real”. No momento em que se utiliza a opinião e citação de alguém próximo da vítima, o jornalista está fazendo uso da estratégia de objetivação para conferir veracidade àquilo que está sendo dito.

Dia 26/05/2016, 12h19:⁷ “Um suspeito de participar do estupro coletivo de uma jovem de 16 anos em uma comunidade da Zona Oeste do Rio já foi identificado e terá a prisão pedida, segundo a Polícia Civil”.

A notícia é longa e possui informações publicadas anteriormente. Para a recomposição da intriga e construção da narrativa, só apresenta um parágrafo com informações novas. Esse parágrafo aponta para um outro suspeito envolvido com o caso do estupro coletivo, sendo, então, o terceiro suspeito identificado pela polícia. Porém, como ele não teve sua identidade revelada, não há critérios para analisar a construção do personagem. A notícia se caracteriza como conflito secundário, principalmente por não conter tantas informações que possam mudar a narrativa como um todo, ou nas palavras de Motta (2010), é um episódio de situação estável, que mantém o equilíbrio da narrativa.

⁷ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/policia-identifica-um-dos-suspeitos-de-participar-de-estupro-coletivo-no-rio.html>

Dia 26/05/2016, 17h58:⁸ Ainda sem muitas informações sobre os suspeitos, a notícia delimita-se em falar sobre a vítima do estupro coletivo. A pauta é o depoimento da adolescente na DRCl. No depoimento, a adolescente afirma que “teria ido até a casa de um rapaz com quem se relacionava há três anos, no sábado (21). Ela se lembra de estar a sós na casa dele e só se lembra que acordou no domingo (22), dopada e nua, em uma outra casa, na mesma comunidade, com 33 homens armados com fuzis e pistolas. (...) admitiu que faz uso de drogas, mas afirmou que não utilizou nenhum entorpecente no sábado (21)”. No depoimento ela conta também que, “na terça (24), descobriu que imagens suas, sem roupas e desacordada, circulava na internet”.

Essa é a primeira notícia que possui a fala da própria vítima. Por esse motivo, caracteriza-se como um conflito principal. O depoimento da vítima transforma a narrativa, traz uma sensação de tensão, é o clímax da história, além de contribuir para a construção do personagem. Na notícia, a fala da vítima é marcada por aspas, o que faz com que se perceba a estratégia comunicativa de objetivação, quarto movimento da análise pragmática da narrativa proposto por Motta (2010), com o objetivo de representar o real.

Dia 26/05/2016, 21h29:⁹ Novas informações, contendo a identidade dos suspeitos, são divulgadas pela Polícia Civil. “Marcelo Miranda da Cruz Correa, de 18 anos, e Michel Brazil da Silva, de 20 anos, são suspeitos de divulgar as imagens da vítima na internet, segundo a polícia. Lucas Perdomo Duarte Santos, de 20 anos, tinha um relacionamento com a adolescente e teria participação direta no crime. O quarto suspeito é Raphael Assis Duarte Belo, de 41 anos, que aparece nas imagens do vídeo ao lado da garota. Raphael trabalhou como apoio a operador de câmera nos estúdios Globo, de onde foi desligado em agosto. A polícia não soube informar qual é a atual profissão dele”.

A notícia trata de um episódio que se caracteriza como conflito principal, pois essa é a primeira que traz a identidade dos primeiros suspeitos envolvidos no caso, sendo fundamental para que haja uma transformação na narrativa. Além disso, pode-se começar a construir a imagem dos suspeitos que, anteriormente, não haviam sido

⁸ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.html>

⁹ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/policia-do-rj-pede-prisao-de-quatro-suspeitos-de-estupro-coletivo.html>

identificados. Junto com a identidade dos suspeitos, a notícia nos revela o tipo de participação dos suspeitos no crime do estupro coletivo no Rio de Janeiro. Na notícia, pode-se perceber também que há sempre a tentativa de referenciar que a informação partiu da polícia, utilizando a expressão “segundo a polícia”, bem como a frase “a polícia não soube informar”. Neste último caso, portanto, percebe-se a utilização da estratégia comunicativa de objetivação, que é o quarto movimento proposto por Motta (2010) para uma análise pragmática da narrativa jornalística.

Dia 27/05/2016, 13h43:¹⁰ “O chefe da Polícia Civil do Rio, Fernando Veloso, deu no início da tarde desta sexta-feira (27) detalhes sobre a investigação do registro de estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos na Zona Oeste do Rio. Segundo Veloso, há "indícios veementes" de que houve estupro, mas a corporação ainda investiga detalhes do vídeo que foi divulgado na internet com imagens da jovem, para definir o crime e outras questões, como se ele aconteceu no lugar da filmagem e quantos suspeitos teriam participado”.

Trata-se de uma notícia de conflito secundário, no qual as informações não mudam a narrativa da história recomposta. Não há novas informações sobre a vítima, nem sobre os suspeitos. A notícia se detém em falar, apenas, sobre a entrevista coletiva do chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Anteriormente, as informações eram dadas como sendo da Polícia Civil, mas o nome de Fernando Veloso não constava nas notícias. É a primeira aparição do chefe de polícia como personagem da história. Por isso, ainda não há motivos para analisar a construção desse personagem na narrativa recomposta. Novamente, pode-se perceber estratégias comunicativas de objetivação, como a utilização das aspas na expressão “indícios veementes”, caracterizando a fala de Fernando Veloso e atribuindo um sentido de veracidade ao que foi dito, bem como uma proximidade entre a fonte e o leitor. Como afirma o autor, “as citações frequentes (...) conferem veracidade. São utilizadas para dar a impressão de que são as pessoas reais que falam, que o jornalista não está intervindo” (MOTTA, 2010, p. 158).

¹⁰ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/chefe-da-policia-civil-do-rio-fala-sobre-investigacoes-de-estupro.html>

Dia 27/05/2016, 19h50:¹¹ “A vítima chegou na Cidade da Polícia Civil, no Jacarezinho, Zona Norte da cidade, acompanhada pela mãe, e manteve o rosto coberto para entrar e sair do local (...). Enquanto a adolescente era ouvida, chegou na mesma delegacia Lucas Perdomo, que seria namorado. Um amigo que o acompanhava, identificado como Raí de Souza, acenou para fotógrafos e cinegrafistas e, sorridente, fez deboche com os jornalistas. "Eu estou mais famoso que a Dilma", disse o rapaz, que não teve participação confirmada no caso pela polícia”.



Notícia traz informações sobre o novo depoimento da vítima e também o depoimento do principal suspeito do crime, Lucas Perdomo, que foi identificado como namorado da jovem, portanto, o episódio se configura como parte do conflito principal da história, pois envolve os protagonistas da narrativa que são a vítima de 16 anos e o seu namorado. Neste mesmo dia, em notícia no site do Globo Esporte, como mostra a figura 2, soube-se que Lucas Perdomo era jogador de futebol do Boavista, time da primeira divisão do campeonato carioca. Por conta dessa informação, o discurso utilizado na narrativa jornalística começou a dar ênfase ao fato de que, além de namorado da vítima, Lucas Perdomo era jogador de futebol. Nesse sentido, percebe-se uma mudança na forma de abordar o personagem nas notícias seguintes.

Ainda sobre o terceiro movimento, proposto por Motta (2010), que analisa a construção dos personagens na narrativa jornalística, há um novo personagem que começa a fazer parte da narrativa: Raí de Souza. Neste momento, a polícia ainda não havia confirmado a participação de Raí no caso do estupro coletivo, porém a notícia já apresenta informações que servem para a construção do personagem na narrativa. Ao chegar na delegacia, Raí acenou, em tom de deboche, para os jornalistas e afirmou estar mais famoso que a ex-presidente Dilma Roussef.

¹¹ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/menor-vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-presta-novo-depoimento-policia.html>

Dia 27/05/2016, 21h39:¹² “O advogado Eduardo Antunes, que representa Lucas Perdomo Duarte Santos, (...) afirma que a jovem não foi violentada. Ele diz que ela teve relação sexual com apenas um rapaz, amigo de seu cliente. Antunes também negou que Lucas namorasse com a adolescente. Ele contou que seu cliente e um amigo combinaram de ir a um baile funk e da festa levaram duas garotas para uma casa na comunidade do Barão que é usada como motel. “O outro rapaz estava combinado de ficar com a suposta vítima. Aí eles tiveram a relação, cada qual com a sua parceira, e depois de terminada a relação, o Lucas e a outra menina se retiraram do imóvel”, contou o advogado. Pouco antes de dar essas declarações, porém, o advogado afirmou (...) que seu cliente não esteve com a vítima na noite do ocorrido. “Ele teve com a suposta vítima 48 horas antes do ocorrido e que depois não teve mais contato com a vítima”, disse”.

A notícia faz parte do conflito principal da narrativa, pois aborda o depoimento da defesa de Lucas Perdomo. O episódio traz de volta à narrativa a sensação de tensão porque a fala do advogado de defesa de Lucas contradiz o enredo principal da história e as informações da Polícia Civil, que anteriormente, afirmou que haviam “indícios veementes” de que houve o estupro coletivo. É importante perceber que, a partir das falas do advogado, ele passa a ser um novo personagem na história. A notícia salienta a incompatibilidade das informações ditas pelo advogado.

Dia 28/05/2016, 00h45:¹³ “A Polícia Civil ouviu (...) um jovem que diz ser responsável pela divulgação, na internet, das imagens da adolescente (...). Identificado como Raí de Souza, o rapaz, de 22 anos, não estava entre os suspeitos identificados até então pela polícia como envolvidos no caso. “A versão dele aponta que ele filmou e que quando ele comenta que 'trinta passaram aqui' que estava fazendo referência a um funk”, disse o delegado Alessandro Thiers, titular DRCI, que investiga o caso. Raí compareceu à Cidade da Polícia juntamente com Lucas Perdomo Duarte Santos, de 20 anos, jogador de futebol que a adolescente disse à polícia ser seu namorado e com quem ela teria saído na noite anterior ao ocorrido. Segundo o delegado, Lucas negou namorar a garota e Raí foi quem assumiu ter tido relações sexuais com ela”.

¹² <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/advogado-de-suspeito-diz-que-adolescente-nao-foi-estuprada.html>

¹³ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/jovem-vai-policia-e-se-diz-autor-de-video-com-adolescente-no-rio.html>

Notícia que se caracteriza como parte do conflito principal. Nesse momento, o depoimento de Raí, que já havia comparecido na delegacia junto com Lucas Perdomo, mas que não havia sido identificado como suspeito, transforma o enredo da história. O depoimento de Raí também contribui para a construção dele como uma das personagens principais da narrativa. A partir dessa notícia começa-se a entender a sequência dos episódios e o desfecho da narrativa começa a se desenhar.

Dia 28/05/2016, 11h47:¹⁴ “A advogada da jovem (...) diz que vai pedir a substituição do delegado que está investigando o caso, Alessandro Thiers, da DRCl. Segundo a advogada, durante o novo depoimento da jovem na noite de sexta (27), o delegado deixou a jovem se sentindo acuada. “Havia três homens no ambiente e o delegado, ainda por cima, fez a pergunta se ela tinha hábito de fazer sexo em grupo”, afirmou Eloísa Samy. A advogada disse que a família da menina está com medo e que quer proteção policial (...). Em nota, a DRCl afirmou que a investigação é conduzida de forma técnica e imparcial e esclareceu que a investigação do caso tem sido feita de forma integrada pelas duas delegacias especializadas - DRCl e Delegacia da Criança e do Adolescente Víctima (DCAV) - para realizar apuração do crime”.

Considerando o segundo movimento proposto por Motta (2010), que busca identificar os conflitos e a funcionalidade dos episódios, pode-se entender que essa notícia se configura como um conflito secundário. Por enquanto, o pedido da advogada para a troca das delegacias não traz mudanças significativas para o desenrolar da investigação, portanto, não cabe identificar como um conflito principal.

Nota-se que, a partir dessa notícia, percebe-se a inclusão de dois novos personagens na narrativa: a advogada Eloísa Samy, que ainda não havia sido mencionada em nenhuma notícia, e o delegado Alessandro Thiers, que já havia sido mencionado, mas ainda não possuía características que o fizessem dele um personagem significativo para a narrativa. É interessante perceber que a imagem do delegado é construída na narrativa pela perspectiva de outra personagem, que é advogada da vítima.

Dia 28/05/2016, 12h47:¹⁵ “Um homem foi detido na manhã deste sábado (28) durante uma operação da Polícia Militar por suspeita de envolvimento no caso de

¹⁴ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/advogada-de-jovem-vitima-de-estupro-pedira-saida-de-delegado-do-caso.html>

¹⁵ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/suspeito-de-envolvimento-em-caso-de-estupro-coletivo-e-detido-no-rio.html>

estupro coletivo denunciado por uma jovem de 16 anos. Desde às 7h, a ação acontecia na comunidade São José Operário, na Praça Seca, Zona Oeste do Rio. (...). De acordo com a PM, a operação tem como objetivo checar uma denúncia sobre o envolvimento do homem no episódio de abuso sexual que teria sido cometido por 33 homens. O suspeito foi encaminhado para a delegacia para prestar esclarecimentos”.

Notícia curta para falar sobre a operação da Polícia Militar. Novo suspeito é identificado, porém a notícia não traz nenhum aprofundamento sobre a operação e não possui informações que modifiquem a narrativa. Nem mesmo a identidade do suspeito é revelada, o que dificulta também a análise da construção do personagem nessa notícia.

Dia 29/05/2016, 16h49:¹⁶ “Toda a coordenação da investigação do caso de estupro coletivo de uma adolescente na Zona Oeste do Rio passará para a ser conduzida pela Delegacia da Criança e Adolescente Vítima (DCAV), afirmou o chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso: "Em razão desse elevado desgaste que o delegado (...) está tendo, a gente vai avaliar se houve falta de habilidade dele na questão do trato com a vítima, ou não. Até para tentar preservar o delegado e garantir a imparcialidade da investigação, para que a gente não tenha que enfrentar discussão sobre a investigação ser conduzida de forma imparcial". As investigações ficarão sob responsabilidade de Cristiana Onorato Bento, delegada titular da DCAV, que já acompanhava as investigações”.

O chefe da Polícia Civil acatou o pedido da advogada Eloísa Samy para a troca das delegacias. No dia anterior, em notícia também publicada no G1, a advogada acusava o delegado de intimidar a vítima durante os depoimentos. A decisão de Fernando Veloso faz com que a notícia se torne parte do conflito principal, modificando a narrativa. A troca das delegacias acrescenta mais um personagem na história, que é a nova delegada responsável pelo caso, Cristiana Bento. Também é possível perceber que, mais uma vez, a imagem do delegado é construída através da fala de terceiros.

Dia 29/05/2016, 19h21:¹⁷ “A advogada Eloísa Samy Santiago informou que a família da menor que teria sofrido violência sexual de 30 homens em uma comunidade

¹⁶ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/apos-criticas-investigacao-de-estupro-mudara-de-delegacia-no-rio.html>

¹⁷ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-dispensa-advogada.html>

na Zona Oeste do Rio de Janeiro dispensou os seus serviços porque a jovem estaria, a partir de agora, aos cuidados da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do RJ. “Hoje à tarde recebi pelo WhatsApp um áudio da avó da adolescente me agradecendo pelo meu empenho e dedicação ao caso, mas dispensando a continuidade dos meus serviços em razão da família agora estar sob os cuidados e a proteção da Secretaria de Direitos Humanos do Estado”, afirmou Eloísa em uma postagem em uma rede social”.

A notícia possui parágrafos com algumas informações repetidas, há apenas um parágrafo que se delimita a falar sobre a dispensa do trabalho da advogada, o que faz com que seja considerada como conflito secundário. Sobre o terceiro movimento proposto por Motta (2010), que propõe analisar a construção dos personagens envolvidos na narrativa jornalística, entende-se que, a partir de agora, a personagem de Eloísa Samy deixa de fazer parte da narrativa, apesar de ter sido essencial para que houvesse uma mudança no decorrer das investigações, como mostra, mais acima, a notícia publicada pelo portal G1 no dia 28/05/2016, às 11h47. Além disso, nota-se que as expressões utilizadas para se referenciar à vítima do estupro coletivo variam durante a cobertura (jovem que teria sido estuprada, adolescente de 16 anos, menor, vítima). No início, o discurso jornalístico apontava para uma dúvida sobre o caso, principalmente através da expressão “teria sido”. Com o passar da cobertura, portanto, a personagem principal é tratada, de fato, como vítima.

Dia 29/05/2016, 20h15:¹⁸ “A menor de 16 anos de idade que teria sido vítima de um estupro coletivo em uma comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro entrou no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM), executado pela Secretaria de Direitos Humanos do Estado do RJ. (...) A delegada que assumiu a coordenação do caso a partir deste domingo (29), Cristina Bento, titular da Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente Vítima (DCAV) afirmou que está estudando o inquérito e que a medida foi necessária para garantir a segurança da jovem. “É muito importante, para garantir a integridade física da vítima. Se houver alguma dúvida, vamos ter que requisitar a oitiva dela e ver uma forma de novamente ouvi-la. Mas eu acredito que não será necessário. Mas eu preciso analisar cada termo de declaração tomado. Estou vendo parágrafo por parágrafo e vou dar uma resposta. Vocês podem confiar”, afirmou a delegada”.

¹⁸ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/menor-vitima-de-estupro-saiu-de-casa-e-entrou-em-programa-de-protecao.html>

A notícia traz a primeira entrevista da delegada Cristiana Bento após assumir as investigações sobre o caso do estupro coletivo no Rio. Sem informações novas, pode-se caracterizar a notícia como parte do conflito secundário, entende-se a funcionalidade do episódio como uma situação estável, em que não se modifica a narrativa jornalística. O que fica evidente na notícia é a ênfase que se dá para o depoimento da delegada Cristiana Bento, o que contribui, em termos de análise, para o entendimento da construção do personagem e das estratégias comunicativas, terceiro e quarto movimento, respectivamente, proposto por Motta (2010). A fala da delegada, marcada entre aspas na notícia – e que evidencia a estratégia de objetivação –, não é relevante no sentido de compreender a investigação e o envolvimento dos suspeitos. Nota-se que a fala é utilizada com o intuito de afirmar ao receptor que a personagem está dando a devida atenção ao caso.

Dia 29/05/2016, 22h19:¹⁹ A notícia informa detalhes da entrevista da jovem concedida ao Fantástico no mesmo dia. “A jovem contou que sofre ameaças e que se sentiu desrespeitada na delegacia onde prestou depoimento. “O próprio delegado me culpou”, afirmou, ressaltando que pediu para que o depoimento ao delegado-titular da DRCI, Alessandro Thiers, fosse interrompido”. A jovem contou também que “tinha ido outras vezes à comunidade onde o crime ocorreu, mas nunca tinha sofrido violência sexual. Ela nega que tenha usado qualquer tipo de droga na noite em que sofreu o estupro e acredita que foi dopada. Inicialmente, a menor relata que não pensou em denunciar o caso, pois ficou com muita vergonha do que tinha passado”.

A notícia é baseada no depoimento da jovem concedida ao Fantástico, programa de televisão exibido aos domingos, em horário nobre, na Rede Globo. Entende-se a notícia como conflito principal, tendo como funcionalidade do episódio o clímax, visto que essa é a segunda entrevista feita com a própria vítima desde que o caso passou a ser um acontecimento jornalístico. A notícia utiliza o recurso multimídia, que a plataforma digital oferece, para publicar, na íntegra, o vídeo com a entrevista da jovem ao Fantástico. Porém, o texto evidencia, entre aspas, algumas falas da jovem que contribuem para o entendimento do terceiro movimento da análise pragmática da narrativa de Motta (2010), que é a construção do personagem – nesse caso, a construção do personagem da própria vítima e do delegado Alessandro Thiers.

¹⁹ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/o-proprio-delegado-me-culpou-diz-menor-que-sofreu-estupro-no-rio.html>

Dia 30/05/2016, 06h39:²⁰ “O laudo da perícia do caso de estupro coletivo da jovem de 16 anos no Rio diz que a demora da vítima em acionar a polícia e fazer o exame foi determinante para que não fossem encontrados indícios de violência (...). Ela foi examinada quatro dias após o crime. Além do exame de corpo de delito, a polícia também fez uma perícia no vídeo que foi divulgado nas redes sociais, no qual a jovem aparece desacordada. Os resultados das análises serão informados nesta segunda pelos investigadores (...). “Não há vestígios de sangue nenhum que se possa perceber pelas imagens que foram registradas. Eles [os peritos] já estão antecipando, alinhando algumas conclusões quanto ao emprego de violência, quanto à coleta de espermatozoides, quanto às práticas sexuais que possam ter sido praticadas com ela ou não. Então, o laudo vai trazer algumas respostas que, de certa forma, vão contrariar o senso comum que vem sendo formado por pessoas que sequer assistiram ao vídeo”, concluiu Veloso”.

A informação principal da notícia, que é o laudo negativo do exame de corpo de delito, contribuiu para um maior julgamento da vítima nas redes sociais. Em compensação, em termos de análise jornalística, a notícia mantém o equilíbrio da narrativa, o que faz com que ela seja caracterizada como um conflito secundário da narrativa. Além disso, o depoimento do chefe de polícia, utilizado como uma estratégia comunicativa de objetivação, é essencial para que se entenda que o laudo negativo do exame de corpo de delito não é suficiente para a conclusão do inquérito.

Dia 30/05/2016, 07h37:²¹ “A Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima deflagrou (...) uma operação policial para cumprir seis mandados de prisão e de busca e apreensão na investigação do estupro sofrido por uma adolescente de 16 anos, no Morro São José Operário, em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio. Entre os procurados estão Lucas Perdomo Duarte Santos, de 20 anos, jogador do time de futebol Boa Vista, apontado como namorado da vítima, Raí de Souza, que admitiu ser o autor do vídeo onde a jovem aparece desacordada e que apareceu acenando para as câmeras de TV na entrada da delegacia, quando foi depor. Também são buscados Marcelo Miranda Correa, suspeito de divulgar as imagens, Raphael Assis Duarte Belo, que aparece em uma foto fazendo *selfie* com a jovem desacordada na cama, Sérgio

²⁰ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/laudo-nao-aponta-indicios-de-violencia-em-caso-de-estupro-no-rio.html>

²¹ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/policia-civil-faz-operacao-para-prender-suspeitos-de-estupro-no-rio.html>

Luiz da Silva Júnior, o "Da Rússia", apontado como chefe do tráfico no Morro do Barão, e Michel Brasil da Silva, também suspeito de divulgar o vídeo". Todos são considerados foragidos.

A notícia não traz novas informações sobre os suspeitos, com exceção de Sérgio Luiz da Silva Júnior, que ainda não havia sido citado nas notícias anteriores, ele é apontado como chefe do tráfico e não se sabe qual o tipo de envolvimento dele no estupro. Por isso, o episódio mantém o equilíbrio da narrativa, sendo classificado como parte do conflito secundário e, também, não contribui para a construção dos personagens.

Dia 30/05/2016, 14h20:²² “A delegada responsável pelo caso de violência contra uma jovem de 16 anos na Zona Oeste do Rio afirmou que está convicta de que houve estupro. As principais provas são o depoimento da vítima e vídeo divulgado nas redes sociais pelos suspeitos. A polícia, entretanto, ainda não tem elementos para confirmar a versão de que 33 pessoas participaram do crime. "Minha convicção é que houve estupro. Tanto que está no vídeo. Quero provar agora é a extensão desse estupro. Se foram cinco, dez, trinta", disse Cristiana Bento, delegada-titular da DCAV. O vídeo prova o abuso sexual, além do depoimento da vítima", afirmou a delegada, acrescentando que, na avaliação dela, o vídeo prova ainda o estupro coletivo. O chefe da Polícia Civil, Fernando Veloso, explicou que a investigação se debruça sobre dois momentos: o vídeo, que mostra provas e envolvimento de alguns suspeitos, e o momento anterior, do estupro coletivo denunciado, que está na fase de coleta de provas e depoimentos. Não há "prova técnica", segundo ele, da participação de 33 pessoas. Para a Polícia Civil, porém, é claro que houve estupro coletivo, porque o vídeo mostra um homem tocando a adolescente e há vozes de outros no mesmo ambiente”.

Entende-se a notícia como conflito secundário porque não há novas informações sobre a investigação que poderiam modificar a narrativa. Fica evidente o uso do quarto movimento da análise pragmática da narrativa proposta por Motta (2010), a estratégia comunicativa de objetivação é percebida na notícia através do depoimento da delegada Cristiana Bento e do chefe de polícia Fernando Veloso e das expressões “segundo ele”, “para a Polícia Civil”. A partir da utilização dos depoimentos, também fica evidente que eles possuem papel importante como

²² <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/minha-conviccao-e-que-houve-estupro-diz-delegada.html>

personagens, tornando-se, a partir dessa notícia, personagens principais para o desfecho da narrativa.

Dia 30/05/2016, 15h05:²³ “Raí de Souza, de 22 anos, e Lucas Perdomo Duarte Santos, de 20, suspeitos de participar do estupro coletivo de uma adolescente na Zona Oeste no Rio, foram presos pela Polícia Civil. Raí se entregou à Polícia Civil, na DCAV, no Centro do Rio, e Lucas foi preso na Rua Santa Luzia, também no Centro. De acordo com o advogado de Raí, Alexandre Santana, o jovem não foi o autor do vídeo, como o jovem havia afirmado anteriormente. Santana afirmou que as imagens teriam sido feitas com o celular de Raí por um homem chamado Jefferson, um traficante da região. “Ele se apresentou para mostrar que ele não tem nada a dever”, afirmou o advogado”. Já o advogado Eduardo Antunes, que representa Lucas Perdomo, questionou a legalidade da prisão de seu cliente. Segundo ele, Lucas não tem relação com o caso. “Essa prisão não tem nenhuma legalidade e eu estou tomando as medidas cabíveis para fazer com que esse cerceamento da liberdade acabe”, afirmou o advogado. (...) Antunes alega ainda que tentou marcar uma entrevista coletiva para que o jovem pudesse dar a sua versão para o caso – foi quando Lucas foi preso. O advogado disse que não concorda com a tipificação do crime cometido contra a menor. “O conceito jurídico de estupro tem ganhado uma elasticidade nos últimos tempos que eu acho indevida, particularmente”, disse ele”.

Após uma semana, desde que o fato se tornou um acontecimento jornalístico no dia 25 de maio de 2016, dois suspeitos de envolvimento no estupro foram presos. Por esse motivo, identifica-se a notícia como parte do conflito principal. O episódio que é descrito na notícia tem como função a resolução da narrativa e como afirma Motta (2010, p. 150), “o termo função (...) refere-se a ações levadas a cabo por personagens que desempenham um papel funcional na história”. Sendo assim, a ação da Polícia Civil contribui para a designação do episódio como resolução da narrativa.

Além disso, nessa notícia aparecem as falas dos advogados de Raí de Souza e Lucas Perdomo. Deve-se destacar que essa é a primeira vez que os advogados dos suspeitos aparecem como fontes na narrativa jornalística, o que também evidencia a utilização da estratégia de objetivação. Ainda, é interessante analisar que, a partir dessa notícia, a narrativa passa a entender o estupro como algo concreto, deixando de utilizar, portanto, a palavra “suposto”.

²³ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/um-dos-suspeitos-do-caso-de-estupro-coletivo-se-entrega-no-rio.html>

Dia 01/06/2016, 12h40:²⁴ Um dos quatro suspeitos até então foragidos pelo crime de estupro coletivo, “Raphael de Assis Duarte Belo, de 41 anos, se entregou à Polícia Civil. “Estamos esperando mais novidades, mas ele se entregou sim”, afirmou Alex Belo, irmão de Raphael. Raphael aparece em uma foto fazendo selfie com a jovem desacordada na cama, na madrugada do último dia 21. Continuam foragidos Marcelo Miranda Correa, suspeito de divulgar as imagens, Sérgio Luiz da Silva Júnior, o “Da Rússia”, apontado como chefe do tráfico no Morro do Barão, e Michel Brasil da Silva, também suspeito de divulgar o vídeo. Um sétimo suspeito foragido não teve a identidade divulgada”.

Após dois dias da prisão de Lucas Perdomo e Raí de Souza, Raphael de Assis Duarte Belo, também considerado suspeito, entregou-se para a Polícia Civil. Em termos de análise, o episódio faz parte do conflito principal da narrativa. É possível identificar a presença de um novo personagem – o irmão de Raphael –, mas que não possui importância na narrativa como um todo.

Dia 01/06/2016, 15h30:²⁵ “Em uma carta, Raphael Assis Duarte Belo negou envolvimento no crime e disse que ajudou a vítima a voltar para casa. “Ao chegar em um beco, à direita, estava a casa abandonada, aberta, toda suja, fedendo a fezes e com uma mulher nua. Um rapaz que estava perto, por apelido de Jefinho, não o conheço, falou: ‘Tem uma mulher aí que não quer ir embora, tá desde o dia do baile’”, afirmou na carta. Ele disse que Raí de Souza filmou a jovem. “Olhamos e entramos os três, ficamos entre a sala e o quarto, ela estava deitada, nua, muito suja e com os cabelos embolados. Parecia uma ‘cracuda’ ou mendiga. O Raí puxou o celular e começou a gravar, ela começou a se mexer e acordar, aí paramos e fomos embora, não ficamos mais que o tempo da gravação na casa. O chuveiro estava aberto, o vizinho da casa de baixo subiu e falou que estava pingando na casa dele, eu respondi: ‘Entrei agora e já estou saindo’”, disse. Na carta, Raphael afirma ainda que socorreu a adolescente depois da filmagem, a ajudando a voltar para casa. A versão de Raphael contradiz a de Raí que afirmou que quem filmou a jovem nua foi Jefferson, que seria traficante no Morro da Barão”.

²⁴ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/irmao-de-suspeito-de-estupro-coletivo-no-rio-diz-que-homem-se-entregou.html>

²⁵ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/em-carta-ex-cunhada-suspeito-afirma-que-ajudou-vitima-de-estupro.html>

01/06/2016 15h30 - Atualizado em 01/06/2016 18h10

Em carta à ex-cunhada, suspeito afirma que ajudou vítima de estupro

Raphael Assis Duarte Belo fez foto ao lado de adolescente nua. Ele se entregou à Polícia Civil nesta quarta-feira (1°).

Figura 3

Após Raphael de Assis Duarte Belo se entregar à polícia, foi divulgada uma carta que foi escrita por Raphael e entregue à ex-cunhada (que não teve a identidade revelada). Na carta ele se diz arrependido de ter tirado uma foto com a jovem nua e desacordada, além disso ele afirma que Jefferson, conhecido como Jefinho, estava presente no local na companhia de Raí de Souza. Segundo Raphael, Jefinho teria dito que Raí realizou as imagens da vítima.

A notícia sobre a carta de Raphael traz um clima de tensão para a narrativa e é vista como um conflito secundário porque contém somente as informações contidas na carta e não há nenhum tipo de confirmação por parte da polícia civil ou da delegacia que investiga o caso sobre a veracidade do conteúdo divulgado. Ainda, é evidente perceber que o jornalista se utiliza das aspas para marcar as palavras de Raphael. Nesse caso, para além de ser simplesmente uma estratégia comunicativa de objetivação, que tem como função trazer veracidade àquilo que está sendo dito, como explica Motta (2010), o uso das aspas também tem como objetivo criar uma tensão no leitor, visto que o modo como Raphael descreve e detalha o ocorrido gera esse clima para a história.

Além disso, percebe-se que em diversos momentos a notícia repete a informação de que Raphael estava arrependido de ter tirado a foto e de que ele se entregou à polícia horas antes da divulgação da carta, isso caracteriza a forma como o personagem de Raphael é construído na narrativa.

Dia 01/06/2016, 16h01:²⁶ “Advogado do jogador do Boavista Lucas Perdomo, Eduardo Antunes, apresentou uma testemunha que, segundo ele, tem provas que inocentariam seu cliente da acusação de participação do estupro coletivo (...). As provas seriam conversas pelo aplicativo de celulares Whatsapp, nas quais a vítima diria que Lucas não teve participação no estupro, segundo o advogado (...). Na

²⁶ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/advogado-de-presos-por-estupro-coletivo-leva-testemunha-para-dp.html>

conversa mostrada pelo advogado, uma pessoa que segundo ele seria a testemunha, pergunta para outra, que seria a vítima, se "foi o Petão mesmo?", supostamente se referindo a Lucas. Uma das respostas é "Não (sic) tá louca", na interpretação do advogado negando que seu cliente participou do estupro".

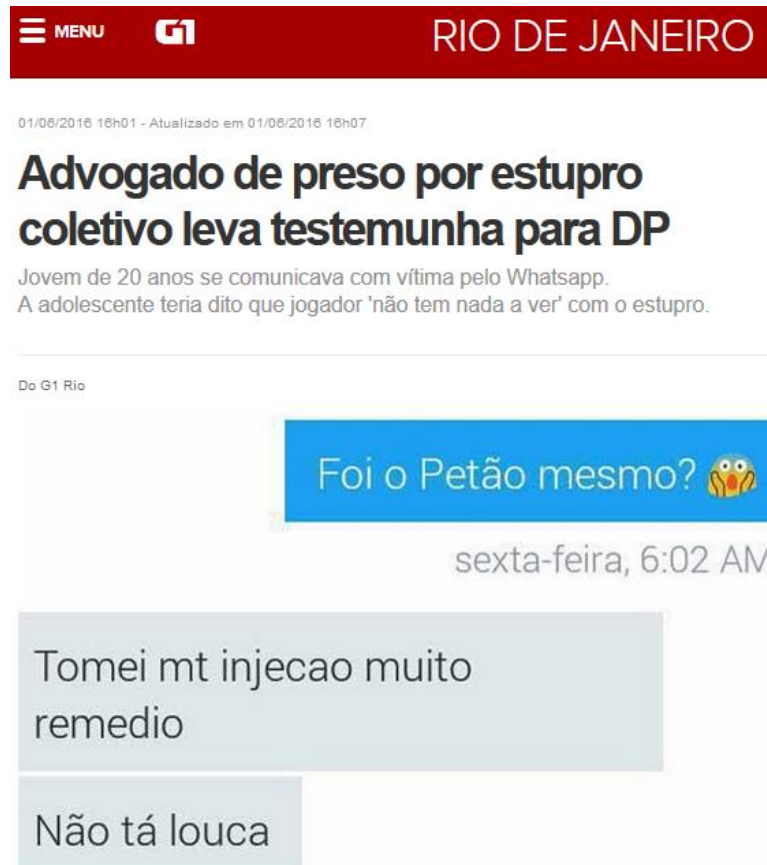


Figura 4.

Após dois dias da prisão de Lucas Perdomo, apontado como namorado da vítima, o advogado Eduardo Antunes apresentou uma testemunha que possuía provas capazes de inocentar Lucas. Nota-se que Antunes apresentou essa testemunha após ter dito, em notícia publicada no dia 30/05/2016, às 15h05, que não concordava com a prisão de Lucas porque não havia provas cabíveis para tal. Com base nisso, identifica-se a notícia como conflito principal da história e compreende-se o episódio como uma complicação da narrativa. Visto que, na cobertura jornalística feita até então, Lucas Perdomo era apontado como principal suspeito no envolvimento do caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro. Portanto, o modo como foi escrita a notícia sobre a prova apresentada por Eduardo Antunes contribui para a complicação da narrativa e para o retardamento da conclusão do caso.

Dia 02/06/2016, 12h44:²⁷ “Lucas Perdomo Duarte Santos e Raí de Souza (...) foram levados na tarde desta quinta-feira (2) para o Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu, na Zona Oeste. Raphael Assis Duarte Belo (...) vai permanecer na Cidade da Polícia, na Zona Norte, para um possível novo depoimento (...). Apesar da transferência, o advogado Eduardo Antunes, que representa Lucas, afirmou que está confiante que seu cliente ganhe liberdade até esta sexta. De acordo com Antunes, Lucas não estaria com a jovem no momento do crime. "A gente teve o depoimento da nossa testemunha, confirmando as informações das conversas 'printadas' nas redes sociais [com a vítima do estupro, que atestariam que Lucas não teve envolvimento com o crime]. Depois de todos os depoimentos, as coisas estão convergindo para que a nossa tese seja acolhida, com relação a não participação do Lucas no ocorrido", afirmou o advogado”.

Um dia após o advogado Eduardo Antunes apresentar provas que poderiam inocentar Lucas Perdomo, o mesmo foi transferido para o Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu. Entende-se a notícia como uma extensão da notícia publicada no dia anterior (dia 01/06/2016, às 16h01), visto que o conteúdo se repete e a única informação nova é a de que Lucas foi transferido para uma penitenciária. Portanto, a funcionalidade do episódio pode ser nomeada e caracterizada como situação estável porque a notícia não modifica a narrativa que vem sendo construída até então.

Dia 02/06/2016, 17h34:²⁸ “A Polícia Civil pediu a prisão de mais dois suspeitos de envolvimento no caso do estupro coletivo (...). Segundo investigadores, a dupla pertenceria ao tráfico de drogas no Morro São José Operário, na região onde a adolescente de 16 anos foi abusada. Os procurados são conhecidos como Jeffinho e Moisés de Lucena, o Canário. Além disso, a Justiça avalia o pedido de soltura do jogador do Boavista Lucas Perdomo Duarte Santos, um dos três presos por suspeita de ligação com o estupro coletivo da adolescente (...). De acordo com a delegada Cristiana Bento não há provas suficientes da participação de Lucas no crime. “Inocente eu acho que tá muito cedo para afirmar, mas até agora que a gente não teve provas suficiente da participação dele. Por isso eu tô pedindo a liberdade dele. Ele

²⁷ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/suspeitos-de-participar-de-estupro-tem-transferencia-para-presidio-autorizada.html>

²⁸ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-pede-prisao-de-mais-2-no-caso-de-estupro-coletivo-no-rio.html>

continua sendo envolvido, mas no momento a manutenção dele se torna desnecessária", declarou Cristiana".

A notícia informa que a Polícia Civil pediu a prisão de mais dois suspeitos envolvidos no caso. A identidade de um dos suspeitos já havia sido mencionada anteriormente, em notícia publicada 30/05/2016 às 15h05, no qual o advogado de Raí de Souza afirmou que o responsável pelas imagens da vítima seria o Jefinho. Raphael Assis Duarte Belo também mencionou o Jefinho em carta entregue à ex-cunhada, como mostra a notícia publicada no dia 01/06/2016 às 15h30. Já a identidade do segundo suspeito, Moisés de Lucena, ainda não era conhecida. Ao mesmo tempo em que a polícia pedia a prisão de dois suspeitos, a justiça do Rio de Janeiro analisava o pedido de liberdade de Lucas Perdomo.

A notícia apresenta, através do uso das aspas – estratégia comunicativa de objetivação –, a fala da delegada responsável pelo caso, em que ela afirma que não há provas evidentes que comprovem a participação direta de Lucas Perdomo no estupro coletivo. Além disso, o depoimento da delegada também contribui para identificar a funcionalidade do episódio, percebe-se que a notícia gera uma sensação de tensão e suspense na narrativa, o que faz com entenda que o desfecho da narrativa ainda está distante.

Dia 03/06/2016, 18h13:²⁹ “Um dos suspeitos de participar do estupro da jovem de 16 anos na Zona Oeste do Rio foi liberado do Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu, Zona Oeste do Rio, na noite desta sexta-feira (3). Lucas Perdomo Duarte Santos, que foi apontado como namorado da vítima no início do caso, ficou preso menos de 24 horas no Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu, Zona Oeste do Rio (...). A delegada Cristiana Bento afirmou que não há provas suficientes da participação de Lucas no crime (...). Após sair da penitenciária, Lucas Perdomo trocou algumas palavras com os jornalistas e disse que, após a soltura, pretende retomar a vida e a carreira como jogador de futebol”.

Apesar de outras notícias terem falado sobre a possibilidade de Lucas Perdomo ser solto, o episódio causa uma reviravolta na narrativa, por isso, classifica-se como conflito principal. Desde o início, a cobertura deu grande destaque para o personagem de Lucas Perdomo, ele havia sido apontado como namorado da vítima e principal suspeito no envolvimento do estupro coletivo.

²⁹ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/jogador-presos-em-investigacao-de-estupro-no-rio-e-libertado.html>

Dia 03/06/2016, 19h32:³⁰ “A Polícia Civil apreendeu o celular usado para filmar a adolescente que sofreu o estupro coletivo (...). O aparelho estava em uma casa em Madureira, na Zona Oeste. De acordo com a polícia, o celular pertence a Raí de Souza, preso após admitir, em depoimento, que teve relações sexuais com a vítima e ser o dono do celular com o qual foram feitas as imagens dela”.

Dia 06/06/2016, 14h19:³¹ “Agentes da DCAV encontraram o celular de Raí de Souza através do monitoramento de amigos dele em redes sociais. (...). Raí disse inicialmente para a polícia que tinha destruído seu celular onde foi gravado o vídeo da menor estuprada nua, sendo tocada por um homem, com vozes de outros suspeitos ao fundo. Com a recuperação do aparelho, os agentes descobriram um segundo vídeo do estupro coletivo, durante o qual a menor tenta inclusive resistir às agressões. (...). Segundo investigações da DCAV, a voz no vídeo é de Raphael Assis Duarte Belo. Ele também é o responsável, segundo as investigações, por ter inserido objetos na menina”.

As duas notícias acima, publicadas no dia 03/06/2016, às 19h32, e no dia 06/06/2016, às 14h19, comentam sobre o celular de Raí, utilizado para fazer as imagens da vítima, e que foi apreendido pela Polícia Civil. A primeira observação a ser feita é que houve uma pausa na cobertura jornalística entre o dia 03 e o dia 06 de junho. Na primeira notícia, soube-se apenas que haviam encontrado o celular. Já na segunda notícia, as informações, segundo a Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima, é de que há um segundo vídeo do caso. Neste vídeo é possível identificar a voz de Raphael Assis Duarte Belo.

As notícias possuem informações que contribuem para a continuação das investigações. Após a recuperação do celular e a confirmação de um segundo vídeo, a segunda notícia reforça na narrativa que Raí de Souza havia dito para a Polícia que havia sido destruído e também que Raphael Assis Duarte Belo inseriu objetos na vítima – que em outras palavras continua sendo estupro. Nas duas notícias não há utilização de citações diretas de nenhum envolvido no caso, apenas citações indiretas como: “segundo os agentes”, “segundo as investigações”.

³⁰ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/celular-usado-para-filmar-vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-e-apreendido.html>

³¹ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-encontrou-celular-de-suspeito-de-estupro-monitorando-redes-sociais.html>

Dia 06/06/2016, 19h23:³² “Em depoimento para os investigadores, Raí de Souza afirmou que a vítima estava "errada" por estar na comunidade onde sofreu abusos sexuais. "Ali era o lugar dos traficantes, nem era o lugar dela. Errada era ela de estar ali, Deus me livre". Foi no celular de Raí que a polícia achou as principais provas do crime, os vídeos da menina sofrendo estupro”.



'Errada era ela', diz suspeito de estupro coletivo no Rio

Depoimento de Raí de Souza foi gravado por policiais.
Celular de suspeito tem provas de abusos sexuais.

ryuru

Raí de Souza presta novo depoimento aos policiais três dias após o seu celular ter sido encontrado. Evidentemente, a notícia aborda um conflito secundário, visto que o trecho divulgado do depoimento de Raí contém somente uma opinião e não algo revelador capaz de modificar a narrativa. As aspas utilizadas no título da notícia, como mostra a figura 5, chamam a atenção para o uso da estratégia de objetivação, bem como para construção da imagem do personagem na narrativa – terceiro e quarto movimento da análise pragmática da narrativa de Motta (2010).

Dia 07/06/2016, 19h37:³³ “O juiz titular da Vara de Execuções penais, juiz Eduardo Oberg, revogou a liberdade condicional de Moisés Camilo de Lucena, conhecido como Canário. Ele é suspeito de envolvimento no caso do estupro coletivo e responde a crimes de roubo e porte ilegal de arma de calibre restrito. A liberdade condicional de Canário havia sido concedida em fevereiro. (...). Ele foi apontado pela vítima como o homem que a segurava no momento em que ela acordou após o estupro. Os investigadores dizem que Moisés é segurança do chefe do tráfico e costuma andar fortemente armado. A polícia tem informações de que ele teria carregado a adolescente, desacordada, até a casa onde ela foi estuprada e teria sido o primeiro homem a violentá-la.

A notícia inicia trazendo informações que não estão diretamente ligadas ao caso e que, portanto, faz com que o fato represente um conflito secundário na

³² <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/ali-era-o-lugar-dos-trafficantes-diz-suspeito-de-estupro-coletivo-no-rio.html>

³³ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/justica-revoga-liberdade-provisoria-de-suspeito-de-estupro-coletivo.html>

narrativa. Porém, essas informações contribuem para a construção do personagem na história. Moisés Lucena, conhecido como Canário, estava em liberdade condicional pelos crimes de roubo e porte ilegal de arma – anteriormente, em notícia publicada no dia 02/06/2016, às 17h34, já havia sido divulgado que ele seria o chefe de segurança do tráfico no morro São José do Operário.

Dia 08/06/2016, 09h21:³⁴ “O jogador de futebol, Lucas Perdomo, voltou a DCAV para prestar um novo depoimento no caso do estupro coletivo. Após quase uma hora e meia na DCAV, o jogador saiu sem falar com os jornalistas. Silvio Cesar Duarte, pai do jogador, disse que eles receberam uma ligação pedindo para que o rapaz comparecesse na delegacia, mas não sabe exatamente para quê. "A pessoa que não deve nada tem que estar tranquila sempre", afirmou o pai de Lucas. A notícia informa ainda que o resultado da perícia feita no celular de Raí de Souza revelou que havia quatro homens na cena do crime — e não três, como suspeitava a Polícia Civil do Rio. O laudo aponta para quatro vozes masculinas no local”.

Após cinco dias depois de ser solto, Lucas Perdomo prestou novo depoimento na Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima. É interessante ressaltar que a notícia foi publicada às 09h21 e atualizada às 12h34, sendo que Lucas Perdomo deixou a delegacia, segundo a própria notícia, por volta das 12h30. Por esse motivo, pode-se afirmar que o episódio tem como função manter o equilíbrio da narrativa, sendo assim a notícia integra o grupo dos conflitos secundários da história.

Dia 08/06/2016, 19h34:³⁵ “A adolescente que sofreu um estupro coletivo, em uma favela da Zona Oeste do Rio de Janeiro, vai prestar novo depoimento à polícia nos próximos dias. (...). Ela será ouvida por videoconferência, já que está sob o programa de proteção do estado. A informação foi confirmada pela delegada Cristiana Bento, da Dcav. Ela quer esclarecer com a vítima novos fatos que apareceram durante as investigações. No celular de Raí de Souza (...) a polícia encontrou áudios atribuídos a traficantes afirmando que pretendiam matar a adolescente. "Depois que a poeira baixar tem que queimar essa filha da p. (...). Garota mandada. Está dando a maior repercussão essa m(...)", disse um dos suspeitos”.

³⁴ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/jogador-presta-mais-esclarecimentos-sobre-caso-de-estupro-coletivo-no-rio.html>

³⁵ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-voltara-ouvir-adolescente-que-sofreu-estupro-coletivo-no-rio.html>

Desde o dia 06/06/2016, notícia que revela o conteúdo encontrado no celular de Raí, não se tem notícias que possam ser classificadas como conflito principal da narrativa. Por isso, durante esses últimos três dias, as notícias publicadas são conflitos secundários com o objetivo de manter o assunto na pauta do G1.

Dia 16/06/2016, 18h12:³⁶ “A DCAV já recebeu todos os laudos periciais referentes ao caso do estupro coletivo, inclusive o do celular de Raí de Souza. A análise pericial do aparelho, feita pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE) e entregue à delegacia é considerada fundamental para a resolução do caso. A notícia informa também que a delegada titular, Cristiana Bento, afirmou que ainda não há provas de que Marcelo Miranda da Cruz Correa e Michel Brasil da Silva tenham participado do estupro, abrindo possibilidade da revogação do pedido de prisão para eles pelo crime de estupro. No entanto, "com certeza", segundo a delegada, eles serão indiciados por terem compartilhado as imagens do crime na internet, crime pelo qual podem ser condenados a até três anos de prisão”.

Após uma semana de pausa na cobertura jornalística sobre o caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro, a narrativa retoma com a informação de que a DCAV já possui todos os laudos periciais para concluir o inquérito. A notícia tem um papel importante de sinalizar ao receptor de que o desfecho da narrativa está se desenhando.



17/06/2016 12h02 - Atualizado em 17/06/2016 21h28

Polícia conclui inquérito de estupro coletivo no Rio com sete indiciados

‘É um crime que chocou o Brasil e vai fazer história no país’, diz delegada. Sete pessoas foram indiciadas; celular foi uma das principais provas.

Figura 6. Notícia da conclusão do inquérito. Publicada no dia 17/06/2016.

Dia 17/06/2016, 12h02:³⁷ “A Polícia Civil indiciou nesta sexta-feira sete pessoas pelo estupro de uma jovem de 16 anos no Morro da Barão, na Zona Oeste do Rio. (...). "Hoje eu estou trazendo a conclusão do inquérito. É um crime que chocou o Brasil e vai fazer história no país, até pela forma hedionda que ele foi praticado", afirmou a delegada Cristiana Bento. Quem são os indiciados: Raí de Souza, que

³⁶ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-analisa-pericia-do-celular-de-suspeito-de-estupro-coletivo-no-rio.html>

³⁷ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/policia-conclui-inquerito-de-estupro-coletivo-no-rio-com-sete-indiciados.html>

gravou e transmitiu o vídeo; Raphael Duarte Belo, que fez uma selfie e transmitiu o vídeo; um menor conhecido como Perninha – neste caso, o processo será desmembrado e encaminhado para a Vara da Infância e da Juventude, e ele responderá por ato infracional análogo aos crimes; Moisés Camilo de Lucena, conhecido como Canário, um dos traficantes do Morro da Barão; Sergio Luiz da Silva, o Da russa, chefe do tráfico no Morro da Barão; Michel Brasil da Silva, indiciado pela divulgação de imagens e Marcelo Miranda, também indiciado pela divulgação de imagens. Agora, o Ministério Público vai decidir se os maiores de idade serão denunciados. Se isso acontecer, o caso vai para a Justiça, que decide se os denunciados vão virar réus. O jogador de futebol Lucas Perdomo Duarte, que chegou a ser preso, não vai ser indiciado por nenhum crime, por falta de prova. "A polícia trabalha com prova técnica. Foram sete indiciados neste crime. Por uma perturbação ou trauma pode ter ficado uma falsa memória. Se houver mais, estou apurando peças para eventuais participantes", disse a delegada".

A última notícia da cobertura jornalística sobre o caso do estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro fala sobre a conclusão do inquérito policial. O segundo movimento da análise pragmática da narrativa, que consiste em identificar o conflito e a funcionalidade dos episódios, de acordo com Motta (2010), é primordial nesse caso. Trata-se de um episódio que traz para cobertura jornalística o desfecho da narrativa. É evidente perceber isso através da palavra "conclui" no título da notícia, como mostra a figura 6. A lista que contém o nome dos envolvidos também traz essa ideia de solução do caso.

A notícia também faz inúmeras referências ao desempenho da delegada Cristiana Bento, que assumiu as investigações após o afastamento do delegado Alessandro Thiers do cargo. E, novamente, a notícia apresenta a estratégia comunicativa de objetivação quando faz uso das aspas para marcar a fala da delegada.

2.2.1 Síntese da construção do acontecimento

Em 25 de maio de 2016 foi publicada a primeira notícia, no portal G1, sobre o caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro. O fato passou a ser conhecido após um vídeo, que mostrava uma jovem desacordada e nua, ter sido postado no Twitter. Neste mesmo vídeo, era possível escutar a voz de um homem que afirmou que "mais de

trinta haviam passado ali”. Geralmente, notícias sobre estupros possuem bastante visibilidade nas mídias, tanto tradicionais, quanto alternativas, devido aos valores-notícia, como foi abordado no capítulo 1. Porém, nesse caso, a cobertura foi intensa devido aos 30 envolvidos no crime, número que se pensava inicialmente.

No início da cobertura jornalística, o caso estava sendo tratado apenas como crime digital e estava sendo investigado pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, sob a responsabilidade do delegado Alessandro Thiers. Em depoimento, a jovem contou que no sábado, 21, foi até a casa do seu namorado e acordou só no outro dia, já em outro local.

No segundo dia de cobertura foi divulgado o nome dos suspeitos envolvidos no caso. Dois deles seriam responsáveis pela divulgação das imagens, um terceiro seria o homem que aparece na gravação e o quarto seria o homem identificado como namorado da vítima.

No terceiro dia, o suspeito que foi apontado como namorado da vítima, Lucas Perdomo, compareceu até a delegacia na companhia de um amigo, Raí de Souza que ainda não tinha sido considerado como suspeito pela polícia. No dia seguinte, quarto dia de cobertura, Raí de Souza voltou à delegacia e confessou ser um dos suspeitos envolvidos na divulgação das imagens.

A partir de então, as informações que serviam como base para a construção da narrativa passaram a se moldar. Até esse momento, a investigação já contava com o depoimento da vítima, a identificação de cinco suspeitos e o depoimento de dois desses cinco suspeitos.

No mesmo dia do depoimento de Raí de Souza, o caso passa a ter mais um conflito e passa a envolver dois novos personagens na narrativa. A advogada da vítima, Eloísa Samy, pediu o afastamento do delegado responsável pelo caso, Alessandro Thiers, sob a alegação de que ele havia constrangido a vítima durante interrogatório. A narrativa se debruça sobre esse pedido de afastamento, que é concedido pelo chefe de polícia Fernando Veloso; a investigação passa agora para as mãos da delegada Cristiana Bento, delegada-titular da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima. Após a troca das delegacias, a advogada é dispensada pela família da vítima depois que a jovem entrou para um programa de proteção do estado do Rio de Janeiro.

Cinco dias após o início da cobertura jornalística sobre o caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro, os exames de corpo de delito realizados na vítima deram

negativos, o chefe de polícia explicou em entrevista que a demora para a descoberta do caso e, conseqüentemente, a realização do exame, influenciou para o laudo negativo. Na construção do acontecimento jornalístico isso não modificou a forma como a personagem foi abordada, mas houve julgamento de participantes das redes sociais digitais³⁸, que consideraram a acusação da jovem como falsa.

Os primeiros suspeitos envolvidos no caso, Lucas Perdomo e Raí de Souza, foram presos pela Polícia Civil. No dia seguinte da prisão, o terceiro suspeito vai até a delegacia e se entrega, o suspeito é Raphael Assis Duarte Belo. A partir de então surge um quarto conflito na narrativa, envolvendo o advogado de Lucas Perdomo, no qual ele afirma que seu cliente não possui nenhum tipo de envolvimento no caso. Então a cobertura se concentra no personagem de Lucas Perdomo até o dia em que o advogado apresenta uma testemunha que havia conversado com a vítima, por meio de um aplicativo no celular, e que possui provas para inocentar Lucas. Lucas Perdomo tem, por fim, a prisão revogada. A partir daqui até a conclusão do inquérito policial, a investigação se concentrou em descobrir outros possíveis envolvidos no caso e em concluir o inquérito.

³⁸ Os comentários não foram incluídos na análise. Porém, durante a coleta do corpus, foi feita uma observação simples com o objetivo de entender como a narrativa estava sendo interpretada pelos leitores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a chegada da internet, o jornalismo se viu obrigado a rever alguns dos seus conceitos para que fosse possível se adaptar às novas tecnologias que, querendo ou não, contribuíram para que houvesse uma mudança nos meios tradicionais de comunicação. Principalmente, as redes sociais digitais, e neste caso, mais especificamente o Twitter, foram fundamentais para construção de um acontecimento em acontecimento jornalístico. Esse é o caso do objeto de pesquisa analisado e que ficou conhecido como “estupro coletivo do Rio de Janeiro”, em maio do ano passado.

Para entender as mudanças que o jornalismo vem encontrando em sua rotina e de que maneira a internet e as redes sociais digitais contribuem para essas mudanças, a primeira parte do trabalho dedicou-se a analisar alguns conceitos como acontecimento, valores-notícia – conceito que corresponde diretamente com a práxis do jornalismo – e ciberacontecimento, que explica esse encontro do jornalismo com práticas participativas características da internet.

Os autores utilizados como base teórica neste trabalho evidenciam que todo o acontecimento se trata de um acontecimento construído, ou seja, que todo acontecimento é uma construção social da realidade, visto que é contado a partir da visão de terceiros. Os valores-notícia são conceitos e características que ajudam a compreender, na prática, como o jornalismo opera para uma construção social da realidade e de como é capaz de transformar os acontecimentos em um acontecimento jornalístico.

A pesquisa teve como objetivo analisar a cobertura jornalística do portal G1 sobre o caso do “estupro coletivo do Rio de Janeiro”. Com base na metodologia proposta por Luiz Gonzaga Motta (2010), buscou-se entender de que maneira o G1 organizou a construção do acontecimento como narrativa jornalística, bem como, buscou-se identificar as fontes, analisar se houve mudanças no modo – ou discurso – de apresentação dos personagens envolvidos na história e quais foram as estratégias comunicativas utilizadas nas notícias.

Neste caso, a construção do acontecimento como narrativa jornalística partiu de um tensionamento das redes sociais digitais sobre o caso, para depois passar a ser noticiado em veículos tradicionais de comunicação. No início da cobertura, pode-se perceber que as notícias frisavam que o caso se tratava de um ciberacontecimento

com a frase “O caso ganhou repercussão após fotos e vídeos da vítima violentada serem publicados na internet pelos agressores, que ironizaram o crime”.

Ainda, no início da cobertura jornalística, foi possível perceber que as informações eram imprecisas, visto que dependiam também das investigações da Polícia Civil. Por esse motivo é que a grande maioria de notícias possuíam box com informações repetidas e, principalmente, box como “entenda o caso”. Essa estratégia adotada pelo jornalismo busca complementar a notícia principal, bem como relembrar o fato que desencadeou as notícias publicadas.

No que se refere às fontes utilizadas, percebeu-se que foi dada a preferência para as fontes oficiais, como o delegado Alessandro Thiers, a delegada Cristiana Bento, que assumiu o cargo após o afastamento de Alessandro e o chefe de polícia, Fernando Veloso. Os parentes da vítima, como a avó, o suspeito principal e apontado como namorado da adolescente, Lucas Perdomo também foram utilizados em momentos de tensão e conflitos na narrativa. Em todas as notícias, não há nomeação dos personagens, como o da própria vítima e de sua avó, para preservar a imagem da adolescente. O nome do pai do suspeito principal também não aparece durante a narrativa e outros familiares foram referidos apenas como “parentes”. Os únicos personagens que tiveram a sua identidade revelada foram os suspeitos do crime.

Já no que se refere à construção dos personagens é preciso dizer que no início, a narrativa acentuava para o fato de que a vítima do estupro coletivo era usuária de drogas e, também, mãe de um menino de 3 anos. Essa informação foi dada pela própria avó da vítima em notícia publicada no dia 26 de maio de 2016, o que deixa evidente também uma tentativa de ocultar um possível juízo de valor na notícia.

É interessante ressaltar que as características atribuídas à vítima do estupro coletivo, e que aparecem na notícia mencionada acima, evidenciam a violência de gênero sendo reproduzida pelo discurso jornalístico. Neste caso, mesmo com a prova inicial – o vídeo – a vítima foi colocada como suspeita de estar mentindo sobre o caso.

Ainda sobre a construção dos personagens, pode-se perceber uma mudança na forma de referenciar Lucas Perdomo, principal suspeito do crime. No início da cobertura, ele era apontado como o namorado da vítima, porém, após descobrirem que era jogador de futebol do Boavista, time da primeira divisão do campeonato carioca, as notícias passaram a reforçar essa informação.

E no que se refere às estratégias comunicativas, destaca-se que por se tratar de uma cobertura jornalística diária, somada à complexidade do caso em questão, percebeu-se que não houve uso das estratégias comunicativas de subjetivação, que são àquelas que conferem um efeito poético para a narrativa. Em todas as notícias, pode-se perceber a presença da estratégia de objetivação que se refere, principalmente, às citações utilizadas para evidenciar a fala da fonte/entrevistado. O objetivo dessa estratégia é ocultar o trabalho de construção jornalística da narrativa, bem como tentar mostrar distanciamento e uma possível neutralidade e isenção.

Além disso, a utilização das aspas, o constante uso das estratégias de objetivação e, principalmente, a preferência pelas fontes oficiais revela um jornalismo que se afasta de uma problematização sobre o caso e dá preferência para um jornalismo que tem como objetivo apenas divulgar a informação.

Com base nas observações feitas sobre o processo de construção das notícias, no que se refere a coberturas de temas vulneráveis para a sociedade, pode-se concluir que o jornalismo enfrenta uma grande dificuldade em abordar o caso sem que, em algum momento, faça um pré-julgamento da vítima ou dos suspeitos. Além disso, as informações são pouco precisas e vão se modificando conforme as investigações avançam, o que faz com que, frequentemente, a notícia seja atualizada para corrigir eventuais erros.

E, somado a essas constatações, o jornalismo também enfrenta desafios quanto à forma de lidar com os participantes das redes sociais digitais e com o fato de que o mundo online tem grande influência sobre a prática jornalística e, não somente isso, os participantes também estão atentos e exigentes com o tipo de informação que recebem diariamente. Entretanto, se por um lado há quem exige e cobra que o jornalismo tradicional comente e noticie algo que eclodiu por meio das redes sociais digitais, há aqueles que contribuem para a difusão de informações falsas e boatos.

Diante deste contexto, é importante ressaltar que as escolas de comunicação são parte fundamental para que se discuta novas possibilidades de fazer um jornalismo de qualidade e de destaque em meio a um turbilhão de informações que percorrem na internet.

Por fim, salienta-se que muitas possibilidades de análise sobre o assunto foram deixadas de fora desta pesquisa, tendo em vista a limitação de espaço e tempo. Como um aprofundamento maior sobre os dados de violência e o tratamento que o

jornalismo dá a esses números, quais as práticas possíveis para que o jornalismo acompanhe a velocidade de circulação de informações na internet e como o receptor interpreta as informações de violência contra a mulher, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BERGER, Cristha; TAVARES, Frederico. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 121-142.

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> Acesso em: 01. Jun. 2017

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf> Acesso em: 03. Mai. 2017

FRANÇA, Vera Veiga; SIMÕES, Paula Guimarães. **Escola de Chicago**. In: Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores. CITELLI, Adilson... [et al] org. São Paulo: Contexto, 2014.

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo** – como se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.

HENN, Ronaldo. Apontamentos sobre o ciberacontecimento: o caso Amanda Rood. In: **Anais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós**, Bahia, 2013b. Disponível em: <http://compos.org.br/data/biblioteca_2068.pdf> Acesso em: 20 março de 2017.

_____. O ciberacontecimento. In: **Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais**. VOGEL, Daisy; MEDITISCH, Eduardo; SILVA, Gislene (orgs.). Florianópolis: Insular, 2013a, p. 31-47.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 01. Jun. 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa. In: Cláudia Lago; Marcia Benetti (orgs.). **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 143-167.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). RODRIGUES, Adriano Duarte. *et al.* **O jornal da forma ao sentido**. 1ª ed. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 49-83.

QUERÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos – Revista Comunicação, Cultura e Educação**. Lisboa, nº 6, 2005, p. 59-76

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** 1ª ed. Lisboa: Presença, 1987.